



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970)
As Versões do Conflito nos Textos de História e Literatura**

Mauricio Aparecido Chan

**Brasília
Novembro, 2017**

MAURICIO APARECIDO CHAN

**Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970)
As Versões do Conflito nos Textos de História e Literatura**

Monografia apresentada ao
Departamento de História da UnB
como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História sob
orientação do Prof. Dr. Anderson
Ribeiro Oliva

**Brasília
2017**

RESUMO

A Guerra Civil da Nigéria, também conhecida como Guerra de Biafra, foi um conflito de origem étnica, religiosa e política causado pela ação separatista de uma região ao sudeste da Nigéria do resto do país. Iniciada em 6 de Julho de 1967, a guerra chegou ao fim em 13 de Janeiro de 1970, com a derrota da República de Biafra e um saldo de mais de 2 milhões de mortos. O objetivo do presente estudo é, por intermédio de uma revisão bibliográfica de fontes historiográficas produzidas entre a década de 1960 e 2010, e que dialogam com fontes jornalísticas e literárias, compilar teorias e tendências explicativas acerca da análise dos fenômenos que levaram à guerra civil nigeriana. A análise comparativa das fontes – artigos de historiadores e textos literários – concentrou-se nas décadas de 1960 e 1970, numa primeira leitura. Numa leitura complementar, foram analisados textos da década de 1990 a 2010, na intenção de buscar um mapeamento da trajetória do pensamento nigeriano acerca de Biafra, desde o momento do conflito em curso até os dias atuais. A intenção foi verificar a diferença de convicções entre as gerações de pesquisadores e cronistas e apresentar uma hipótese acerca dos motivos causadores da secessão do sudeste nigeriano e os efeitos do conflito, do ponto de vista político, econômico e social, até os tempos atuais. A proposta deste trabalho justifica-se pelo fato da bibliografia acerca do assunto “Guerra de Biafra” ser fragmentária e por vezes divergente quanto aos processos que levaram o país à insurreição e à guerra civil.

Palavras-chave: Nigéria; Biafra; Ojukwu e Gowon; Historiografia; Literatura.

ABSTRACT

The Nigerian Civil War, also known as the Biafra War, was a conflict of ethnic, religious and political origin caused by the attempt to separate the region from Southeast Nigeria from the rest of the country. It lasted from 6 July 1967 to 13 January 1970, culminating in the defeat of the Republic of Biafra and a surplus of more than 2 million dead. The objective of the present study is, through a bibliographical review of historiographical and literary sources, produced between the decade of 1960 and 2010, to compile theories and tendencies about the analysis of the social phenomena that led to the Nigerian civil war. The comparative analysis of the sources - articles by historians and literary texts - concentrated in the 1960s and 1970s, in a first reading, and, in a complementary reading, texts from the decade of 2000 to 2010 were analyzed, with the intention of searching for a mapping of the Nigerian thought about Biafra, from the time of the ongoing conflict to the present day, in order to verify the difference of beliefs for more than a generation and to present a hypothesis about the reasons for the secession of the Nigerian southeast and the effects of the conflict from the political, economic and social point of view to the present. The proposal of this work is justified by the fact that the bibliography on the subject "War of Biafra" is fragmentary and sometimes divergent as to the processes that led the country to insurrection and civil war.

Keywords: Nigeria; Biafra; Ojukwu; Gowon; historiography; literature.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução | 5 |
| Capítulo 1 | |
| Antecedentes. A Nigéria entre o fim da 2ª Grande Guerra e a Independência | 10 |
| Os golpes militares, os massacres e a secessão | 14 |
| As Manobras de guerra | 19 |
| As crianças famintas de Biafra | 23 |
| Epílogo do conflito | 26 |
| | |
| Capítulo 2 | |
| A guerra vista por historiadores, jornalistas e cientistas | 28 |
| O problema da legalidade da secessão | 29 |
| Propaganda de guerra, os rumores da crise e o papel da imprensa na opinião pública | 35 |
| A fome como a maior tragédia da guerra em Biafra e os esforços da ajuda humanitária no fornecimento de alimentos | 41 |
| Notas sobre as lições de guerra aprendidas na busca da capacidade Bélica | 46 |
| | |
| Capítulo 3 | |
| A guerra de Biafra nas mentes mais criativas: a literatura relata o conflito | 51 |
| Chinua Achebe | 51 |
| Chimamanda Ngozi Adichie | 53 |
| Frederick Forsyth | 55 |
| | |
| Conclusão | 57 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 59 |

INTRODUÇÃO

Em 1967, após dois golpes sucessivos perpetrados por grupos militares, a Nigéria definitivamente deixou para trás uma ilusória possibilidade de estabilidade e paz, idealizada após o processo de independência¹ dos britânicos em 1960 (Nixon, 1972). O primeiro golpe havia ocorrido em janeiro de 1966, liderado por um grupo de oficiais de baixa patente, o segundo em julho do mesmo ano pela cúpula nortista do governo federal.

Os líderes do segundo golpe, após a execução do general *igbo* Johnson Aguiyi-Ironsi, que havia assumido o poder na Nigéria em janeiro, aumentaram o poder do governo federal sob seu comando e deram as costas aos massacres² de maio a outubro de 1966. Substituíram os três governos regionais iniciais por 12 governos estaduais. Os *igbos*, grupo étnico dominante na região sudeste, eram rivais dos *hausas*, maioria na região norte (Atofarati, 1992). Esses dois grupos e os iorubas do oeste formavam os três grupos mais relevantes da nascente nação africana.

Em maio de 1967, após o êxodo de grande proporção dos *igbos* para as terras orientais e negociações políticas infrutíferas, o coronel Ojukwu, líder militar do sudeste declarou a independência da República de Biafra. Yakubu Gowon, líder do norte iniciou uma sangrenta guerra civil que terminou com a derrota de Biafra, três anos depois.

Poucos países africanos, após o período colonial, sofreram uma experiência tão traumática quanto à Nigéria, com a guerra de Biafra³. Após a independência, houve um ensaio de evolução constitucional por processos de conferências e negociações que, a partir de 1964, teve a estrutura dos acordos políticos e econômicos abalada gradativamente. A Nigéria em 1966 entrou em colapso. No desdobramento da situação o exército foi seccionado em vários grupos que serviam às regiões, os cidadãos *igbos* e de outras etnias minoritárias deixaram as regiões norte e oeste do país e fugiram para o leste, durante a série de massacres que causaram a migração de centenas de milhares de pessoas (Nixon, 1972).

¹ É notório que a independência alcançada, em boa parte por intermédio das pressões do movimento NYM, criado por Namdi Azikiwé, com publicações de artigos contundentes em jornais e por manobras políticas dos partidos do sul (Ki-Zerbo, 1972, p. 191), não foi somente uma concessão dos britânicos para atender aos anseios dos nigerianos. Obviamente foi uma independência assistida, que visou aplacar a vontade de liberdade, mantendo o país sob tutela velada, com acordos econômicos vantajosos à Inglaterra, além de manter as exclusividades sociais e políticas praticadas antes da independência.

² Massacres de sulistas que viviam no norte, considerados o estopim da guerra de Biafra. Não foram investigados e tampouco os responsáveis foram punidos. Serão abordados com mais detalhe no 1º capítulo.

³ Não afirmamos com isso que a Nigéria foi o único país a sofrer com traumáticos conflitos internos. Décadas depois da Guerra de Biafra outra nação africana foi varrida por um violento movimento genocida, ocorrido em Ruanda no primeiro semestre de 1994.

Biafra foi derrotado em 1970, deixando uma esteira de 2 milhões de mortos, a maioria pela fome, o país em frangalhos e a população na miséria. Alguns artigos escritos por historiadores questionam o sentido da rebelião, quais seriam as alternativas, a viabilidade de tão extensa operação militar, que mergulhou o país em um quadro bem mais traumatizante do que a situação existente na Nigéria antes do conflito.

O que foi originalmente interpretado como um conflito doméstico assumiu uma dimensão internacional. Grã-Bretanha, URSS, França, EUA, Alemanha, países escandinavos, países africanos, a Cruz Vermelha, o Vaticano e o Conselho Mundial de Igrejas envolveram-se no conflito (Davis, 1975). A guerra recebeu uma das maiores intervenções humanitárias na história recente, sendo chamada de “guerra mundial em miniatura” (Mazrui, 2010, p. 14), pela dimensão que tomou e pelo jogo de forças entre grandes potências envolvidas no país.

Um esclarecimento torna-se necessário neste ponto. O termo “etnia” ou “grupo étnico” será usado neste texto diversas vezes, tornando-se importante sua definição. Etnia significa um grupo que é culturalmente homogêneo, povo que tem os mesmos costumes, mesma origem, cultura, língua, religião, comportamento, tradições, laços históricos e identidade política (Amselle e M'Bokolo, 2014, p. 28 e Mercier, 1951). O conceito, no entanto, é complexo e remete os estudiosos a uma difícil e diversa problematização.

O significado de etnia encontra definições no campo da antropologia, sociologia e da biologia. Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (2014, p. 28-29) indicam, no campo sociológico, a definição de G. Nicolas (1973) de que a etnia é mais que uma unidade social hermética, antes é uma combinação entre determinada cultura e sociedade, em um sistema de organização social, com língua e nome comum, onde o equilíbrio não é estável.

No campo antropológico, o termo “grupo étnico” é utilizado para designar uma população independente na reprodução biológica, que compartilha os valores culturais básicos, possui seu sistema de interação (língua) e principalmente, possui um entendimento próprio de pertencer a determinado grupo, constituindo uma categoria diferente de outras populações (Amselle e M'Bokolo, 2014, p. 29 e Barth, 1969). Apesar de haver um certo entendimento entre historiadores, sociólogos e antropólogos acerca da definição de etnia, uma vez que os termos “língua”, “cultura”, “costumes” são encontrados em praticamente todas as definições, a abrangência do seu significado torna difícil sua definição absoluta.

Segundo o pesquisador José D'assunção Barros, no artigo “A Construção Social da Cor”, de 2009, os grupos étnicos se reconhecem e sabem as distinções de outros grupos

conforme a percepção baseada nas diferenciações de altura, de espessura labial, de contorno do rosto ou de tipo de cabelo e o tom da pele (Barros, 2009)

Às diferenças de caracteres físicos herdados, somam-se os diferenciadores étnicos de ordem cultural: uso de brincos, utilização de determinada indumentária ou adorno, marcas faciais, tatuagens, cortes de cabelo e uma infinidade de outros sinais visíveis podem indicar a etnia ou a que parte do território o indivíduo pertence (Lovejoy, 2002). Estas diferenciações entre os grupos, muito evidentes para alguns africanos, geravam e geram os padrões de empatia, solidariedade e hostilidade, e a sensação de identidade e legitimidade étnica.

A guerra de Biafra, tema deste trabalho, está presente na memória de todos os segmentos da sociedade nigeriana. Historiadores escreveram sobre, e fazem pesquisas e estudos acerca de assuntos relacionados à guerra. Revisões dos aspectos motivacionais, dos resultados e legados são bastante frequentes no meio acadêmico. A poesia, a música e as artes plásticas também são influenciadas até hoje pela guerra. “Biafrenses” atuais ainda reivindicam sua liberdade e identidade na figura de ativistas políticos. A memória de Biafra permanece com força, conforme se observam várias manifestações atuais, tornadas públicas por intermédio de páginas eletrônicas na *internet*⁴.

Todo o acervo de informações sobre a guerra, no entanto, está compartimentado em assuntos específicos. São trabalhos temáticos, direcionados pelo meio no qual foram elaborados. Sendo assim, alguns dão enfoque ao processo social vivido pelos nigerianos e biafrenses no período da independência à guerra, outros indicam as articulações políticas nacionais e internacionais, alguns trabalhos são essencialmente historiográficos e, na sua maioria, na língua inglesa. Esses fatos justificam a realização deste trabalho de compilação de textos de várias origens, a maioria traduzidos da língua inglesa para o português, com a intenção de levar ao leitor interessado no assunto uma síntese elaborada da guerra civil nigeriana, não apenas cronológica e factual, mas também dando enfoque específico a subtemas relevantes, num mesmo texto, e, principalmente, apresentar diferentes versões e interpretações sobre o conflito.

O objeto do texto, portanto, foi perceber como a guerra foi tratada pelos olhares de historiadores, jornalistas e literatos. Ou seja, mapear as diferentes narrativas sobre as origens do conflito, seus antecedentes e seu legado, o comportamento da imprensa, as ações realizadas pelos agentes da ajuda humanitária e como a literatura, a música e a poesia contam

⁴ Ver <http://www.reuters.com/article/us-nigeria-politics-biafra-insight-idU>; <http://www.ekwenche.org/biafra-an-interesting-article-about-biafran.html>; <http://www.thebiafratimes.co/2016/03/no-victor-no-vanquish-trick-by-nigeria.html>. Acesso em 3/11/17.

a guerra de Biafra. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa de fontes escritas, na rede mundial de computadores e em bases de dados de artigos como a JStor, Scielo, CAPES, alguns artigos e dissertações de autores brasileiros. A seleção dos assuntos mais incisivos, tratados diversas vezes por autores variados, foi um dos referenciais eleitos. Revisar os artigos e textos escritos no recorte considerado, observar o “diálogo” entre eles, as divergências e convergências entre os autores, foram as ações seguintes, filtrando os assuntos sobrepostos e repetidos, buscando uma narrativa plural e dinâmica.

É importante destacar a questão do recorte temporal escolhido para a pesquisa. Os textos estudados foram divididos em duas partes, indispensáveis à confecção de uma narrativa abrangente. A primeira parte engloba as décadas de 1960 e 1970. Os textos dos autores Adepitan Bamsaiye, Morris Davis, David Ijalaye, Charles R. Nixon, Fola Oyewole, Frederick Forsyth e Stephen Vincent foram as fontes utilizadas nesse primeiro recorte.

Na segunda parte foram analisados textos das décadas de 1990 a 2010, com a finalidade de fazer uma comparação temporal acerca das diferenças interpretativas sobre o tema, as versões e formas de “pensar a guerra” ontem e hoje pelos estudiosos. Foram utilizados textos dos seguintes autores: Jean-Loup Amselle, Elikia M'Bokolo, Abubakar Atofarati, Jane Bryce, Achille Mbembe, Momar Mbaye, Babacar Mbaye Diop, Doudou Dieng, Rajat Neogy, Chinua Achebe, Levi Nwachuku e Arua Oko Omaka.

O texto foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma síntese sobre os eventos referentes à guerra de Biafra. Factual e cronológico, destaca os antecedentes próximos, quais as causas prováveis para o surgimento da ideia de secessão, e relata os acontecimentos que as fontes indicam como o estopim para o conflito, os massacres no norte da Nigéria, os dois golpes militares no ano de 1966 e a declaração de independência. Prossegue na descrição das manobras de guerra, nos movimentos das tropas e resultado dos combates. O capítulo é encerrado com a alusão ao que é considerado o holocausto real da guerra, a fome de milhões, causadora de mortes e doenças em uma escala trágica.

O segundo capítulo é dedicado aos enfoques dados pelos jornalistas e historiadores aos assuntos mais relevantes associados ao conflito. A discussão travada por vários autores acerca da legitimidade da declaração da independência da região que passou a chamar-se Biafra, uma vez que grupos minoritários da região não estavam de acordo, e as resoluções da ONU e da Conferência dos Países Africanos orientavam para a unidade das nações. Oposto a esses fatos estava a determinação de um povo que havia sofrido a perda de milhares de indivíduos nos massacres do norte do país, sem ter a proteção do Estado, entre outros fatores.

O capítulo trata também do comportamento de alguns jornalistas, interessados mais na fama do que na correção das notícias, da propaganda de guerra e sua desinformação a serviço da vantagem em combate, do prejuízo dos rumores e boatos criados no seio caótico de um país em guerra, conclusão a que se chega pela leitura dos seguintes autores: Bamisaiye (1974), Nkpa (1977), e Atofarati (1992). Por fim, abordamos um dos mais dramáticos efeitos do conflito: a escassez de alimentos em Biafra. Além das narrativas sobre o tema, é dado destaque aos esforços da ajuda humanitária e às manobras políticas dos EUA para atender Biafra e não perder as relações com a Nigéria. O capítulo tem como recorte final algumas notas rápidas sobre as lições aprendidas em combate e nas ações logísticas de guerra, escritas principalmente por dois militares nigerianos, um combatente do lado biafrense e um militar de carreira nos anos 90.

Por fim, o último capítulo trata das manifestações culturais e artísticas dos nigerianos tendo como pano de fundo a guerra civil. A literatura do pós-guerra foi largamente influenciada pela guerra, bem como a música e a poesia. Neste capítulo a intenção é demonstrar o quanto as lembranças e histórias da guerra estão enraizadas nos corações e mentes dos nigerianos. Será possível um entendimento da profundidade dos ressentimentos e ódios que ainda permanecem, seja nos sobreviventes, seja nos filhos e netos da guerra, ouvintes dos relatos dos mais velhos.

Serão utilizadas dissertações que trabalharam com a obra poética “*Beware, Soul-Brother, and Other Poems*”, de Chinua Achebe, um dos mais conhecidos escritores africanos e nigerianos de todos os tempos, e, “Meio Sol Amarelo” de Chimamanda Ngozi Adichie, a escritora de maior destaque na Nigéria atualmente, comparando-a com o livro “A História de Biafra”, de Frederick Forsyth, além da menção a alguns outros artigos sobre literatura nigeriana, focados na guerra civil.

CAPÍTULO 1

Antecedentes. A Nigéria entre o fim da 2ª Grande Guerra e a independência

Mapa político da Nigéria⁵

Disponível em: <https://biafran.org/biafra-maps/>, acesso em 3/11/17.

A independência da Nigéria foi, desde a década de 30, tema de discussão pelas lideranças regionais do país. Namdi Azikiwé, intelectual que havia estudado nos EUA era uma das vozes mais proeminentes. Organizou, em 1934, uma importante campanha nacionalista, a *Nigerian Youth Movement* (NYM), movimento de grande influência juntos aos jovens habitantes das grandes cidades nigerianas, na questão da independência (Ki-Zerbo, 1972, p.189-190).

As campanhas nacionalistas pela independência eram protagonizadas, principalmente, pelos partidos do sul, até a entrada em vigor da constituição de 1947, a Constituição

⁵ Lagos foi a capital até 1991, substituída por Abuja, atual capital da Nigéria.

Richards⁶, que associou os povos da Nigéria em uma nação, pois abarcava também todos os povos do norte e seus chefes feudais (Ki-Zerbo, 1972, p. 189-191) o que os obrigou a tomar atitudes acerca do assunto.

Os partidos fortaleceram-se e se tornaram organizados no decorrer dos anos 50, pressionando as lideranças britânicas à concessão da independência, que foi acertada, primeiramente, para 1956. O Norte opôs-se veementemente, pois receava participar em desvantagem, uma vez que o sul do país estava mais estruturado para o evento. A data foi postergada para 1960, após atrasos na aprovação dos textos da constituição da Nigéria livre e outros atrasos de calendário, perpetuados pelo Norte (Ki-Zerbo, 1972, p. 192-193).

Quando a Nigéria obteve sua independência em 1º de outubro de 1960, os ingleses se orgulharam por ter “feito” o que eles consideravam a nação mais populosa e promissora da África, com instituições harmoniosas e povo unido, a despeito das centenas de etnias existentes. Era esta a imagem e o discurso que os britânicos passaram ao resto do mundo, mas não era a verdade. A Nigéria jamais foi unida nos anos pré-coloniais (Ajayi, 2010), nos anos de colônia ou mesmo após a independência. O motivo principal para explicar essa realidade é a natureza étnica da Nigéria e a própria história da região.

Existem na Nigéria, historicamente, mais de 250 etnias - algumas fontes falam em 350 - algumas majoritárias e outras minoritárias. O norte, muçulmano, possui a etnia *hausa-fulani*, a mais numerosa, e mais uma grande quantidade de outras minoritárias. O leste é o reduto principal dos *igbo (ibo)* e o oeste, dos *ioruba*, mas em cada uma dessas regiões de população majoritariamente cristã, são encontradas etnias menores. Cada uma com sua identidade própria e laços familiares. Os britânicos erraram ao colocar em suas constituições, o amálgama de um povo que não é um povo, os nigerianos são várias nações étnicas separadas, vivendo em um mesmo espaço geográfico (Boahen e Suret-Canale, 2010).

No decorrer da história, os nigerianos provaram ter condições de formar uma unidade para libertar-se do jugo colonial, mas tiveram uma grande dificuldade em manter-se como uma nação. Essa identidade africana, surgida da colonização e do preconceito racial, não podia ser legítima. O imperialismo levou-os a tomar consciência do fato de representarem uma unidade diante dos opressores ocidentais. Contudo, fazer a união para o objetivo comum de libertar-se era bem diferente de unir-se de forma perene para o desenvolvimento nacional (Mazrui, Wondji, 2010).

⁶ Constituição escrita pelo governador da Nigéria Sir Arthur Richards, quando da assunção do cargo em 1945, logo após o término da 2ª Guerra Mundial.

A interação ocorria por casamentos entre integrantes de diferentes grupos, por exemplo. Mas em grandes cidades, ou em terras mais férteis, a convivência de grupos distintos tem explicação mais plausível nas necessidades de trabalho e oportunidades, do que numa improvável empatia entre os grupos.

A colonização da Nigéria pela Inglaterra começou, na prática, com a expulsão dos franceses que haviam invadido a região para explorá-la, pelo militar enviado de Londres, *Sir* Frederick Lugard, em 1897, o que quase ocasionou uma guerra entre as duas potências, impasse que foi resolvido com um acordo, em 1898 (Boahen, 2010).

Com a colônia africana nas mãos, os britânicos, na figura de Lugard, passaram a conquistar os diversos povos que habitavam o norte, na penetração inglesa pelo interior da Nigéria, uma vez que o sul, onde estavam as fronteiras marítimas, já era passagem dos exploradores, e então dos colonizadores. *Hausas*, *Fulanis*, sultanato de Sokoto, foram caindo nas mãos das tropas de *Sir* Lugard, que, ao término das conquistas, deixou as regiões sob comando dos próprios emires nortistas, sob égide britânica (Boahen, 2010). Esse sistema de domínio indireto era mais barato em investimentos e pessoal.

O norte da Nigéria, com mais de 50% da população do país, tinha um sistema social diferente do sudeste e sudoeste. Os governantes deixados por *Sir* Frederick Lugard nos emirados do norte, a fim de prolongar sua permanência no poder, não participaram dos programas de modernização lançados pelos britânicos, pois buscavam o mínimo de mudanças para não subverter a ordem vigente. O sul tem as fronteiras marítimas, por onde entravam os estrangeiros, mercadorias, novidades. O resultado foi uma “ocidentalização” maior do sul, visível nas escolas, comércio, tecnologia (Mazrui, Wondji, 2010).

No período que compreende as grandes guerras mundiais, 1914 a 1945, a Inglaterra manteve apenas o colonialismo tradicional: manutenção da ordem, cobrança de impostos, estímulo à produção de matérias-primas e à absorção das exportações britânicas. A Nigéria viveu um período de evolução comercial, vendendo matérias-primas durante a corrida armamentista pré-guerra, entre outras atividades econômicas.

Em 1947 foi promulgada a Constituição da Nigéria, elaborada em 1945 pelo governador à época, *Sir* Arthur Richards, o Lord Milverton. Devido à sua empatia e identificação com a região norte, essa constituição, a já citada Constituição Richards, integrava os povos do país em uma só grande nação, mas em outros pontos atendia mais aos anseios e reivindicações gerais dos *hausas* (Ki-Zerbo 1972), que nunca esconderam sua disposição em não unir-se ao sul, declarando, por intermédio do líder político Mallam

Abubakar Tafawa Balewa, que a secessão do norte era uma opção (Atofarati, 1992). A aversão aos sulistas era clara nas localidades do norte onde eles viviam, tendo ocorrido, inclusive, atos de violência sistemáticos nesse período, contra os *igbos* e outros integrantes de grupos do sul/sudeste.

Em 1953, durante preparativos para eleições, uma delegação de políticos, na maioria *iorubas*, visitou Kano, a maior cidade do Norte. Esse fato ocasionou discursos no norte desestimulando a visita e insuflando a população contra os políticos que representavam o sudeste⁷, o que acabou por cancelar a visita. Não obstante, em maio iniciou-se uma onda de massacres pelos nortistas contra os sulistas na cidade, culminando com a morte de mais de cinquenta pessoas e mais de duzentos feridos, sendo a maioria *igbos* e não *iorubas*, base da delegação rechaçada (Forsyth, 1977).

Diante da situação os ingleses ensaiaram um estudo acerca das etnias existentes na Nigéria, que não trouxe benefícios, por ter sido geral e provisório, não alcançando nenhum resultado prático, devido à complexidade do assunto. Quando chegou à independência em 1960, era um país administrativamente dividido em três regiões, com uma estrutura federal frágil, grandes disparidades entre as regiões, corrupção arraigada na política, e com a constituição de 1954 em vigor, reunindo um apanhado de tratados complexos, que, se tinha sido elaborada para agradar a todos, não agradava a ninguém, pelas críticas registradas (Forsyth, 1969).

O primeiro-ministro do norte era *Sir Ahmadu Bello*, no oeste o líder era Obafemi Awolowo, logo trocado por Samuel Ladoke Akintola e no leste, o Dr. Nnamdi Azikiwe. Havia ainda a figura do primeiro-ministro federal, *Sir Abubakar Tafawa Balewa*, dos quais nenhum estaria ainda no poder no começo da guerra. Nesse quadro instável a Nigéria ingressou na independência (Ki-Zerbo, 1972).

Prosseguindo nas articulações para alcançar o poder, os grupos étnicos representados por seus partidos políticos, a Grande Aliança Unida Progressista, dos *iorubas* do oeste (GAUP), o Conselho Nacional de Cidadãos Nigerianos (CNCN), que representava os *igbos* no leste e o Congresso do Povo do norte (CPN), dos *hausas*, participaram das Eleições de 1959, as quais foram uma mostra de corrupção, influências ilegais e intimidações, sendo espantoso esse pleito ter proporcionado, afinal, um governo à Nigéria (Ki-Zerbo, 1972). A luta pelo poder, no entanto prosseguiu, nos eventos dos censos de 1962 e 1963, dramaticamente fraudados, e na greve geral de 1964, reprimida violentamente, seguida pelas

⁷ Os textos estudados referenciam-se a Biafra como sul ou sudeste e por vezes como oriente.

eleições de 1964, mais uma vez fraudadas e corrompidas, inclusive com agressões físicas entre os grupos de candidatos.

O resultado das eleições demonstrou que a corrupção tinha sido usada inúmeras vezes para manipular resultados a favor dos *hausas* e quando os derrotados e a população tomaram conhecimento da fraude, eclodiram motins, saques e assassinatos em diversas localidades, inclusive nas estradas e no campo. A tímida reação do governo central prolongou o cenário de caos por um longo tempo (Achebe, 1968).

Os golpes militares, os massacres e a secessão

O primeiro golpe militar teve início em 14 de janeiro de 1966. Os protagonistas foram um grupo de jovens oficiais de patente média e um punhado de soldados. Com uma ação rápida e violenta, em algumas horas haviam assassinado o governador do oeste, Samuel Ladoke Akintola, o primeiro-ministro central Abubakar Tafawa Balewa e o líder do norte, Ahmadu Bello, além de alguns militares de alta patente e outros políticos subalternos. O líder do golpe, major Chukwuma Nzeogwu era igbo mas havia passado quase toda a vida no norte (Forsyth, 1969).

O golpe destituiu os políticos mais poderosos, a maioria corruptos, mas ainda que fosse o desejo de muitos, foi rechaçado por elementos do governo, principalmente pelo comandante-em-chefe do exército, major-general Johnson Thomas Umunakwe Aguiyi-Ironsi, que, numa ação vigorosa, distribuiu ordens aos subordinados do exército assumindo o controle das guarnições militares espalhadas pelo país e sufocou o golpe horas depois de sua execução (Atofarati, 1992).

O Gabinete do Governo foi reunido e Aguiyi-Ironsi informou que não poderia garantir a estabilidade, se ele próprio, general Ironsi, não assumisse o poder, uma vez que os políticos, naquele momento estavam desacreditados. A ascensão de Ironsi pôs fim aos conflitos, os conspiradores foram presos ensaiando-se um período de estabilidade, que na verdade duraria seis meses (Forsyth, 1969).

O general Aguiyi-Ironsi era um militar de carreira, possivelmente não era astuto como político mas teve a preocupação de organizar um governo pluriétnico, distribuindo os cargos importantes entre *hausas*, *iorubas*, *igbos* e grupos minoritários (Vincent, 1967). Políticos nigerianos que ocupavam os cargos desde a independência, corruptos e empedernidos nas engrenagens de favorecimento foram, na maioria, aliados do poder, alguns presos. Essa

situação abalou o norte, pois a malha de corrupção alcançava parte significativa do funcionalismo público. Empresários, acólitos, cabos eleitorais e demais profissionais presentes em todo o país, perderam sua fonte de renda. Os orientais se beneficiavam menos da corrupção, uma vez que os políticos originários do norte estavam em maior número no poder (Forsyth, 1977).

Em 24 de maio de 1966, após muitas discussões e sem um entendimento acerca da nova constituição a ser promulgada, Ironsi decretou, via rádio, a nova constituição da Nigéria. O estopim para os massacres de 66 foi a mudança do sistema político da Nigéria de Federação para República, o que fortaleceria o poder central e enfraqueceria os poderes regionais. Os ex-políticos apeados do poder já faziam um trabalho de insuflar a população contra o governo, com boatos, rumores e manifestações, o que contribuiu para a instalação da desordem no país (Vincent, 1967).

Uma manifestação estudantil em Kano, cidade do norte, deu início aos massacres, direcionados aos sulistas que ali viviam. Os massacres estenderam-se por outras cidades do norte, Kaduna, Zaria e outras. Não eram poupadas nem mulheres, nem crianças. A matança durou vários dias, e Ironsi não teve poderes sobre os militares do norte a ponto de parar o motim (Forsyth, 1969).

Os nortistas falavam em secessão, e a cúpula governista resolveu fazer uma excursão pelo país para sondar as opiniões sobre a secessão do norte, retornando com o resultado que muitos *hausas* desejavam separar-se do restante da Nigéria. O segundo golpe militar iniciou-se em 29 de julho de 1966, com a tomada de quartéis pelos revoltosos, oficiais de patente média e baixa, na maioria *hausas*, enquanto Ironsi e outros indivíduos proeminentes do governo estavam ausentes, em viagem. Os integrantes do governo foram sendo presos, um a um e executados sumariamente, juntamente com militares sulistas que serviam nas unidades militares do norte (Vincent, 1967). O mesmo destino foi dado ao general Ironsi, torturado e morto juntamente com seus assessores.

O tenente-coronel Yakubu Gowon, um militar sem expressão até então, originário de uma minoria do norte e Chefe do Estado-Maior de Ironsi, assumiu o poder. Há controvérsias se Gowon assumiu somente para tentar colocar ordem no país, ou se esteve o tempo todo nos bastidores do golpe (Forsyth, 1969).

Há indícios para a hipótese de conspiração de Gowon: não houve uma ordem expressa para que se parasse a matança de *igbos* e sulistas durante os massacres nas cidades do norte,

que duraram meses após a assunção do poder e não houve punições aos excessos de soldados que mataram indiscriminadamente por motivo duvidoso (Vincent, 1967).

Ademais, o militar que deveria ter assumido o poder, na consecução de um governo militar, como foi o caso, seria o general-de-brigada Babafemi Ogundipe, o mais alto oficial do exército e legalmente o sucessor de Ironsi, que, no entanto, havia se retirado para Londres quando da deflagração do golpe de julho.

No discurso do novo chefe da nação pelo rádio, foi mudada drasticamente a intenção de separar-se o norte do resto do país, para uma atitude de conciliação e união. Há várias teorias para explicar a abrupta mudança de ideia (Forsyth, 1977):

1. O norte separado arcaria sozinho com um enorme empréstimo contraído para pagamento da construção de uma barragem e uma ferrovia na região e o leste, governado pelo tenente-coronel Ojukwu, controlaria todos os investimentos e ganhos com a atividade petrolífera, pois os poços e refinarias ficavam todos na área dos *igbos*.

2. Influência inglesa, uma vez que os britânicos não visualizavam como solução uma Nigéria desmembrada.

3. Tentativa simples de manter-se como base única do governo, controlando toda a Nigéria, ainda que ela se transformasse numa Federação, com a condição de todas as regiões obedecerem ao governo central, que era de maioria nortista.

Foi organizada uma nova Conferência Constitucional a realizar-se em final de setembro de 66, na capital Lagos, para decisões sobre uma nova constituição sob Gowon. Poucos dias antes iniciou-se uma nova onda de massacres no norte e em algumas cidades do oeste, próximas à capital Lagos. Esses massacres foram mais violentos que os anteriores, com participação de algumas unidades do exército sediadas no norte, tendo como vítimas, principalmente, os *igbos*.

Relatos detalhados dos massacres foram obtidos por Frederick Forsyth e descritos em seu livro, ele próprio correspondente de guerra em Biafra, junto a correspondentes jornalísticos como Walter Partington, que publicou no *Daily Express* de Londres, no dia 6 de outubro, a conversa que teve com um dos amotinados em Zaria: “Matamos cerca de 250 *igbos* aqui. Talvez tenha sido essa a vontade de Alá”. O correspondente Colin Legum, do *Observer* de Londres, publicou em 16 de outubro o relato que, entre os quase 600 mil sulistas que conseguiram escapar dos *hausas*, muitos chegaram ao seu destino no leste, com ferimentos

graves, pernas e braços quebrados, membros decepados. As fontes mais confiáveis contabilizaram entre 10.000 e 30.000 mil mortos (Forsyth, 1969).

Diante da matança de milhares, ocorreu um êxodo de refugiados deslocados do norte para o leste. A chegada de milhares de pessoas à região causaria uma série de problemas, como a falta de vagas nas escolas, já que as escolas existentes não poderiam absorver todas as crianças chegadas do norte em idade escolar, problemas de desemprego maciço, saneamento básico, e, o mais dramático problema de toda a crise: a fome.

A crise que havia se instalado com a fuga de milhares de sulistas em decorrência dos massacres de maio a outubro, acerca dos quais não havia sido tomada nenhuma atitude pelo governo, além do desacordo entre o general Gowon – que havia sido promovido - e o coronel Ojukwu acerca da legitimidade de Gowon no poder, crescia a cada dia.

Juntando essa problemática à indiferença do governo aos problemas dos *igbos*, aventou-se pela primeira vez no leste a ideia da separação do leste do resto do país, ideia que foi tomando vulto e logo se transformava na palavra de ordem da população (Nixon, 1972).

Uma reunião de todos os líderes militares foi marcada para acontecer na cidade de Aburi em Gana, país neutro, em 4 e 5 de janeiro de 1967, com o objetivo de deliberar sobre o futuro da Nigéria. Nessa reunião, Ojukwu conseguiu alguns acordos importantes para sua região, como a promessa de repatriação dos soldados nortistas estacionados no oeste, reparação e pagamento de salários atrasados aos *igbos* refugiados, pelas empresas nortistas nas quais eles trabalhavam, recuperação dos bens deixados para trás, submissão de Gowon ao Conselho Militar Supremo para legitimar ou não sua posição de presidente da Nigéria, entre outros acertos técnicos e fiscais e a promessa de novas reuniões pacíficas nas semanas seguintes para acertar outros pontos de divergência (Atofarati, 1992).

Porém, ao retornar à Nigéria e, possivelmente, após reuniões com seus conselheiros e chefes do norte, o líder máximo da Nigéria, numa entrevista coletiva, não confirmou nenhum dos pontos discutidos e acordados em Aburi, dias antes. Em Enugu, capital da Nigéria oriental, a população, perplexa, foi aderindo mais e mais à ideia da secessão. O coronel Ojukwu recusou-se a comparecer a outras reuniões e protestou publicamente contra a atitude de Gowon. Em entrevista à agência *Reuters* disse que a Nigéria aproximava-se da crise final. Ojukwu ainda tentou uma vez mais um entendimento com Gowon, a fim de convencê-lo a respeitar os acordos de Aburi, que foi aceito publicamente, para depois ser ignorado novamente (Atofarati, 1992). Gowon lançava mão de escaramuças para ganhar tempo.

O coronel Ojukwu tinha sido, na maior parte de seu tempo à frente do governo do leste, contrário à separação, sempre lutando para manter a união das regiões. Porém, diante do clamor insuflado da população e com autorização da Assembléia Consultiva de Chefes e Anciãos, o órgão legislativo do leste, em 30 de maio de 1967, ocorreu o que já era esperado pela população biafrense.

Diante de jornalistas e diplomatas acomodados no Palácio Estadual, o governador da Nigéria Oriental, tenente-coronel Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu proclamou a independência da região leste e de seu mar territorial, que passaria a chamar-se República de Biafra (Forsyth, 1977).



Coronel Odumegwu Ojukwu na Conferência de Aburi.

Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/11/26/world/africa/nigeria-biafra-leader/index.html>, acesso em 4/11/17.



Coronel Yakubu Gowon, Chefe de Estado da Nigéria. Disponível em: <https://livetestsandbox.embibe.com/exams/top-10-worlds-worst-dictators/>, acesso em 4/11/17.

As manobras de guerra

A guerra de Biafra constituiu-se em uma guerra de grandes proporções inesperadamente. O apoio dado pela França a Biafra era contrabalanceado pelo apoio dos britânicos à Nigéria federal. A ajuda material oferecida por Israel a Biafra tinha como contrapartida a presença dos pilotos cedidos pelo Egito à aviação federal. O apoio da África do Sul e dos rodesianos brancos a Biafra opunha-se à atitude da Organização pela Unidade Africana, favorável à manutenção da integridade territorial da Nigéria. Com menos intensidade, os chineses intervieram em favor de Biafra para contrabalançar o apoio dado pelos soviéticos à Nigéria (Mazrui, 2010).



Mapa da República de Biafra

Disponível em: <https://biafran.org/biafra-maps/>, acesso em 3/11/17.

Após a declaração de independência, os dois lados sabiam que a guerra era iminente e iniciaram os preparativos militares. Os nigerianos calculavam uma operação rápida, de alguns dias ou semanas, enquanto os biafrenses acreditavam que, se resistissem por alguns meses, Gowon os chamaria à mesa de conversações. Ambos se enganaram (Oyewole, 1975).

Os relatos de combates, por mais que tentem levar o leitor à realidade das ações em toda sua dramaticidade, são secos e muitas vezes enfadonhos. Porém, não é possível furtar-se

de um relato factual das ações militares realizadas pelos contendores, se a intenção é compreender as diferenças gritantes dos poderios bélicos de Biafra e Nigéria e as provações enfrentadas no esforço de guerra.

Os combates foram iniciados com uma barragem da artilharia federal na direção da cidade de Ogoja, no norte do território biafrense, em 6 de julho de 1967 e um ataque à cidade de Nsukka, a oeste de Ogoja. Apesar da resistência dos soldados de Biafra, os nigerianos conquistaram Nsukka e destruíram a cidade, inclusive a universidade lá existente (Oyewole, 1975).

Por falta de comunicações eficientes, equipamentos e gêneros alimentícios em abundância, a guerra de Biafra sempre foi marcada por movimentos lentos, e após a tomada de Nsukka, as tropas dos dois lados permaneceram por mais de duas semanas estacionadas.

As tropas biafrenses reagiram, afinal, atacando e quase destruindo dois batalhões estacionados próximos a Nsukka, o que alertou os nigerianos sobre a necessidade de sempre tomar a iniciativa. Foi assim que, em julho uma tropa de marines nigerianos atacou a ilha de Bonny, a qual possuía um terminal petrolífero, constituindo mais um golpe publicitário a favor da Nigéria do que propriamente uma ação de sucesso, já que não dominaram a ilha.

Em 9 de agosto de 1967, os combatentes de Biafra protagonizaram uma ação que abalou o Estado-Maior de Gowon: uma brigada de três mil homens aproximadamente avançou pelo território do meio-oeste conquistando diversas cidades, inclusive Benin, a capital do meio-oeste. A estrada para a capital do país, Lagos, estava aberta para o biafrenses, 270 km adiante. Porém, o comandante da brigada, general Victor Banjo, associando-se a líderes do oeste, decidiu-se por trair Ojukwu, parando o movimento das tropas e organizando o assassinato do líder de Biafra, quando tornassem a se encontrar. Banjo e seus conspiradores acabaram presos, julgados e fuzilados, mas o atraso causado por ele ao avanço das tropas na direção de Lagos foi decisivo para a posterior derrota de Biafra na guerra (Forsyth, 1969).

Após a ação militar de Biafra, a Nigéria passou a receber apoio de outros países, como Holanda, Itália, Bélgica, além dos já descritos. O coronel Ojukwu assumiu o comando pessoalmente das tropas biafrenses, pois os soldados não tinham mais confiança nos oficiais, após a traição de Banjo. Não obstante, a capital de Biafra, Enugu, foi conquistada pelos nigerianos. A sede do governo biafrense foi transferida para Umuhaia e as tropas biafrenses passaram a lutar em cinco frentes de combate.

A Nigéria possuía três divisões de Infantaria, a 1ª e 2ª agindo no norte de Biafra e a 3ª Divisão agindo no sul, sob o comando do Coronel Benjamin Adekunle, o “escorpião negro”.

Como tinham mais equipamentos pesados, os nigerianos não tinham capacidade de marchar pela selva, mantendo-se nas estradas a maior parte do tempo. Isso era uma vantagem para os biafrenses, que, mais leves e móveis, atacavam os federais com certa facilidade, causando baixas e muita perda de material (Oyewole, 1975).

Em final de março de 1968, o 29º Batalhão Biafrense, comandado pelo coronel Joseph Achuzie, combatente com experiência na 2ª Guerra Mundial e na Coréia, emboscou uma tropa nigeriana com mais de cem caminhões repletos de equipamentos e mais de seis mil homens, na estrada próxima à cidade de Abagana. Logo nos primeiros tiros, um morteiro atingiu um caminhão de combustível, que explodiu incendiando outros sessenta veículos e causando muitas baixas entre os soldados. Os que fugiram das explosões encontraram os soldados biafrenses bem posicionados, que abriram grande volume de fogo (Forsyth, 1969). Essa violenta ação foi a maior emboscada da guerra.

Biafra fez uso de mercenários durante a guerra, para compensar sua deficiência em oficiais experientes e instrutores. O alemão Rolf Steiner, ex-integrante da Legião Estrangeira, o sul-africano Taffy Williams, ex-combatente do Congo, os dois com larga experiência em insurreições e guerra de guerrilhas, o piloto sueco conde Carl Gustav Von Rosen, que comandou a “mini-força aérea” de Biafra. Havia outros mercenários menos graduados, mas representavam na sua totalidade menos de 1% das forças biafrenses (Oyewole, 1975).

Há relatos de mercenários no lado nigeriano, italianos e alemães com pouca ação, mas os pilotos egípcios tiveram larga atuação na força Aérea Nigeriana (Oyewole, 1975). Algumas ações dos mercenários de Biafra são dignas de nota. Rolf Steiner era o comandante dos mercenários e treinou uma brigada de comandos biafrenses, que executou diversas ações de guerra irregular, destruindo instalações, aviões no solo e atacou pelo flanco e de surpresa tropas nigerianas, aterrorizando-as e desorganizando seu planejamento, sempre tendo à frente da tropa o “louco” Taffy Williams (Atofarati, 1992).

O conde von Rosen conseguiu levar para Biafra um pequeno esquadrão de pequenos aviões do tipo Minicom, com capacidade de ser armados com foguetes e metralhadoras, e com esses aparelhos treinou pilotos biafrenses que atacaram aviões nigerianos no solo, instalações de paióis de munição, aeroportos, e refinarias de petróleo, causando grandes danos aos nigerianos.

Um dos trunfos do exército nigeriano sobre Biafra eram os blindados Ferret e Saladin, contra os quais os biafrenses só teriam alguma chance em 1969, quando do recebimento de

um lote de armas anti-carro, que fizeram frente aos veículos federais, mas com pouca eficácia, por serem estas armas escassas no campo de batalha (Forsyth, 1977).

A 3ª Divisão de Adekunle conquistou a cidade de Port Hartcourt em maio de 1968. Cidade estratégica, centro de controle das refinarias de petróleo, entrada no país de quem vinha pelo mar e possuidora da maior estação de geração de energia elétrica do leste. Sua tomada representou um grande avanço para os nigerianos e uma perda inestimável para Biafra (Forsyth, 1969).

Biafra revidou com uma ação contra a tropa federal, na estrada para a cidade de Owerri, próximo ao vilarejo de Amu Nelu. Um mercenário corso, Johnny Erasmus, especialista em explosivos, armadilhou uma faixa da estrada, por onde os nigerianos deveriam passar. Quando a divisão nigeriana se deparou com as minas Ogbunigwe⁸ explodindo à queima-roupa, foram também atacados pelos biafrenses violentamente.

Os soldados rebeldes conseguiram capturar uma grande quantidade de armas e munições dos nigerianos, os quais enviaram mensagem solicitando uma trégua momentânea. Em 24 de agosto teve início a batalha mais sangrenta de toda a guerra, segundo avaliação de observadores. Ao falhar na destruição da ponte sobre o rio Imo, nos arredores da cidade de Aba, que foi rapidamente reconstruída, os mil comandos biafrenses na área foram defrontados com três brigadas nigerianas, seguindo uma batalha feroz, que durou três dias ininterruptos. Os biafrenses, menos equipados, lançaram mão de um artefato artesanal, a mina ogbunigwe, que possuía grande poder de destruição. Essa batalha deteve os nigerianos, que perderam por volta de 2.500 soldados, dos seis mil envolvidos (Oyewole, 1975). Os comandos biafrenses, que iniciaram suas atividades meses antes com três mil homens, nesse período já eram apenas mil.

O ano de 1969 foi marcado por uma sucessão de ataques e contra-ataques de nigerianos e biafrenses. Os dois lados faziam um movimento de sanfona, por vezes avançando e conquistando vilarejos e cidades, para logo depois serem atacados e recuar, abandonando o terreno, se reagrupando e atacando novamente. Porém, sempre quem perdia mais terreno eram os biafrenses, mesmo tendo recebido mais armamento e munição nesse período.

Involuntariamente, os próprios nigerianos acabavam por abastecer os inimigos, pois lançavam suprimentos de pára-quedas às suas tropas, e por ser inexperientes nessa atividade acabavam por lançar grande parte da carga no lado biafrense. Não obstante, os rebeldes não possuíam nem os efetivos, nem a rapidez de abastecimento dos federais (Atofarati, 1992).

⁸ Minas caseiras inventadas no esforço de guerra biafrense.

Umuhaia, a capital de Biafra, foi tomada em 15 de abril de 1969, sendo transferida para Uli. O resto do ano foi pouco proveitoso para os dois lados, já saturados por muitos meses de combates e provações. Quem dominou o teatro de operações foi o conde Carl Gustav Von Rosen, com seus quinze aviões Minicon, que destruíram aviões nigerianos no solo, além de duas refinarias de petróleo e diversos alvos fortuitos. Mas isso tudo só protelava a queda iminente de Biafra, já enfraquecida demais para qualquer ação vitoriosa (Atofarati, 1992). E assim chegaram a dezembro de 1969.

Desde julho de 67 até abril de 69 haviam sido realizadas quatro conferências de paz: em Londres, em Kampala, capital de Uganda, em Adis Abeba, capital da Etiópia e Monróvia, capital da Libéria. Todas infrutíferas e malogradas, com a ausência de membros importantes, inclusive do próprio general Gowon em uma delas. Blefes, escaramuças, desacordos, muitos foram os desentendimentos (Forsyth, 1977). A Nigéria colocou em várias oportunidades a rendição de Biafra como premissa básica para a continuidade da conferência. Os biafrenses desconfiavam dos federais e relutavam em aceitar as propostas da Nigéria. O destaque ficou por conta do general Ojukwu (promovido por seu Conselho) em Adis Abeba em 29 de julho de 1968. Após tomar a palavra e discursar por 70 minutos acerca da história do povo biafrense, e suas necessidades naquele momento, foi ovacionado por todos os presentes em pé (Atofarati, 1992). Sua figura estampou a capa da revista *Time* um mês depois do discurso.

As crianças famintas de Biafra

Como acontece nas guerras onde uma das partes é mais fraca e sofre tragédias humanitárias além do aceitável para um conflito, mesmo de grandes proporções, Biafra granjeou a simpatia natural de uma parte significativa da opinião pública que tomou conhecimento do que acontecia. Essa predisposição foi essencial para não tornar a situação um verdadeiro genocídio, mas só tomou vulto quando foram conhecidos os detalhes das consequências do bloqueio provocado pelos federais.

A fome, e não qualquer outro evento, como as milhares de mortes de soldados e civis em decorrência direta dos combates, foi o que despertou a consciência adormecida da opinião pública mundial para a tragédia que acontecia na África. A publicação de uma foto na capa da revista LIFE, com duas crianças famélicas e aparentemente doentes, abalou o mundo ocidental e ocasionou uma mudança de pensamento de muitos governos, no sentido de dar a atenção devida ao que parecia ser apenas mais um problema internacional (Bamisiaye, 1974).

De qualquer maneira, houve igualmente a campanha contrária, insinuando que o problema era exagerado pelo governo de Biafra, com o objetivo de sensibilizar as opiniões e aumentar a ajuda humanitária. A quantidade de repórteres e fotógrafos presentes em Biafra, acompanhando todo o drama ali desenvolvendo-se, não deixava dúvida quanto à veracidade do que ocorria.

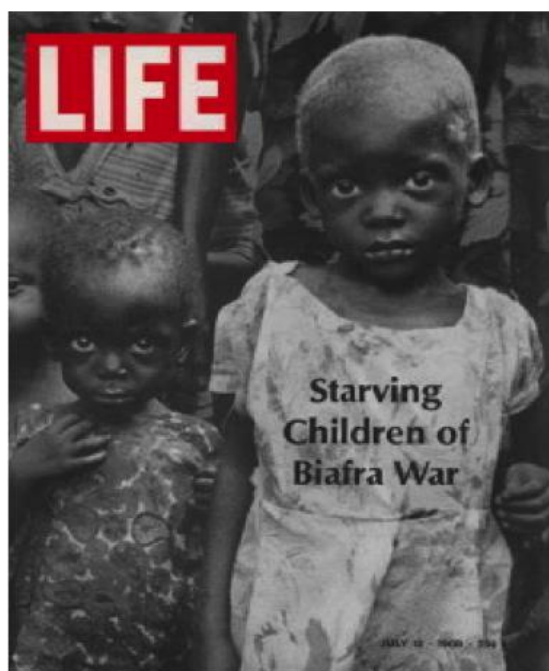
O superpovoamento da região leste foi o indício do que se tornaria uma das maiores tragédias humanitárias da história moderna. Quando aconteceram os dois grandes massacres de janeiro e julho de 1966 na região norte contra sulistas, estes realizaram um êxodo para o leste, o que ocasionou um grande problema na região, para a absorção desses deslocados. Outros atos de violência menores também resultaram em deslocamento de pessoas originárias do leste e oeste de volta a seus locais de origem.

Após deflagrada a guerra em 1967, uma vez conquistado um vilarejo ou cidade biafrense pelos nigerianos, todos os habitantes fiéis ao governo do coronel Ojukwu fugiam para o interior das linhas amigas, o que inflava mais o número de refugiados, já em grandes dificuldades. Isso ocorria também pelo fato dos nigerianos, ao conquistar uma área populosa, destruir casas e logradouros, bem como torturar, estuprar e matar os habitantes, fatos relatados por todos os refugiados que chegavam às linhas biafrenses (Oyewole, 1975). Segundo cálculos da Cruz Vermelha Internacional e da organização religiosa Caritas, presentes ativamente na região, chegou a quase quatro milhões de pessoas a quantidade dos que haviam fugido das atrocidades dos nortistas e da guerra (Bamisiaye, 1974).

O regime do General Gowon nunca facilitou a entrada de alimentos direcionados à Biafra, seja por terra, mar ou ar, mesmo aqueles solicitados em conferências da Cruz Vermelhas e pelas Igrejas. Vãos de socorro foram proibidos, sob pena de serem derrubados (Atofarati, 1992). Após muita pressão de órgãos de ajuda humanitária e diversos governos, o governo da Nigéria tornou público que autorizaria a criação de um corredor terrestre, para que a ajuda humanitária, que só estava autorizada a chegar por navio, ser levada por caminhões nigerianos até a fronteira das linhas biafrenses e ser distribuída. O general Ojukwu, após deliberações com seu gabinete, recusou tal manobra, por desconfiar das intenções dos nigerianos. Biafra teria que afrouxar a segurança no ponto onde chegassem os caminhões e não havia confiança de que os alimentos e medicamentos seriam entregues preservados (Forsyth, 1977). Havia, além disso, o medo do envenenamento e seria menos dispendioso e mais eficaz autorizar uma ponte aérea diretamente para o coração de Biafra.

Todo o suprimento levado a Biafra era por intermédio de vôos noturnos arriscados, em aviões cedidos por diversos países, pilotados por voluntários, veteranos de outros conflitos. Havia em Biafra cerca de 700 campos de refugiados, abrigando pouco menos de um milhão de pessoas. O restante, mais de um milhão de pessoas, estava vagando, não recebendo atendimento adequado dos órgãos humanitários. O governo biafrense não dispunha de muito para complementar o apoio, uma vez que direcionava suas reservas para os equipamentos militares, cujas aquisições eram insuficientes, no período mais dramático da fome em Biafra, de meados de 1968 até o final da guerra (Forsyth, 1977).

As mortes por inanição saltaram de 400 pessoas por dia, para 1.000 em menos de um ano, no final da guerra, segundo os cálculos das maiores organizações humanitárias que atuavam em Biafra e contabilizaram o saldo final de mortos por fome durante a guerra. Ao final de 1969, mais de um milhão e meio tinham morrido de fome, a maioria crianças, sem contar os mortos nas áreas ocupadas por nigerianos.



Capa da revista LIFE de 12 de julho de 1968.

Disponível em: <http://www.olderlifemagazines.com/july-12-1968-life-magazine.html>, acesso em 3/11/17.

Relatos dão conta da completa obstrução do governo de Gowon em aceitar a entrega de itens de sobrevivência aos biafrenses. O repórter Noyes Thomas, do jornal *News of the World*, relatou que, na cidade portuária de Ikot Ekpene, sob domínio federal, toneladas de alimentos apodreciam no porto, sob protestos de agentes da Cruz Vermelha (Forsyth, 1977),

que tentavam a todo custo providenciar o transporte, junto ao governo. Em 5 de junho de 1969, um avião DC-6 carregado com leite em pó e bacalhau, pilotado pelo veterano da II Guerra Mundial e da Coréia, capitão David Brown, foi metralhado por um MIG 17 e caiu no pântano próximo à cidade de Opobo. Brown e mais dois tripulantes nunca mais foram vistos (Davis, 1975). O avião estava pintado de branco com as insígnias da Cruz Vermelha. Um jornalista britânico escreveu num jornal dominical que o avião não tinha obedecido à ordem de pousar em um aeroporto da Nigéria. Não obstante, derrubar um avião ou alvejar um veículo ou embarcação com a marca da Cruz Vermelha é proibido pelas Convenções de Guerra de Genebra. Apesar dos eventos relatados, a causa de Biafra ainda tem defensores dentro e fora da Nigéria.

Epílogo do conflito

Na segunda semana de janeiro de 1970, uma unidade biafrense da frente meridional, sem munição, nem equipamentos ou alimentos, tirou seus uniformes, abandonou suas armas e desapareceu na floresta. As unidades dos flancos ao ver tal atitude, fizeram o mesmo. Abriu-se uma brecha na linha de frente equivalente a três batalhões. Os blindados nigerianos foram avançando sem resistência, com a infantaria logo à retaguarda. Depois de 24 horas toda a linha tinha sido rompida, e a 3ª Divisão, sob o comando do coronel Obasanjo, chegara às portas de Uli. A 12ª Divisão Biafrense toda abandonou seus postos e fugiu, sumindo nos matagais.

O general Ojukwu organizou uma reunião de gabinete em 10 de janeiro de 1970, quando discutiu as condições da rendição com seus assessores. Foi convencido a partir, pois se ficasse e morresse ou se fugisse dentro do país, causaria mais aflição. Ao escurecer, partiu do aeroporto de Uli para o exílio na Costa do Marfim. Quem assumiu foi o general Effiong, o novo Chefe de Estado Biafrense interino, o qual aceitou os termos da rendição perante o comandante nigeriano em 15 de janeiro de 1970. Biafra deixou de existir e a região leste foi dividida em três estados, com governadores escolhidos por Gowon, que passou a gozar de grande credibilidade junto aos britânicos, desde o começo da guerra partidária da Nigéria e da guerra de conquista de Biafra (Atofarati, 1992).

O governo de Gowon foi marcado por má gestão pública e corrupção. Em 1975, durante uma conferência de cúpula da Organização da Unidade Africana em Uganda, foi anunciado que ele havia sido deposto do poder pelo general Murtala Mohammed. O próprio

general Mhammed foi metralhado dentro de seu carro oito meses depois de assumir o poder. Foi substituído pelo general Obasanjo (Forsyth, 1977).

O general Yakubu Gowon exilou-se em Londres e foi estudar política na universidade. O general Emeka Ojukwu, vindo de uma família abastada, chegou na Costa do Marfim sem posses. Segundo fontes africanas, conseguiu um empréstimo, montou uma pequena empresa de transporte, multiplicando os negócios em alguns anos, tornando-se proprietário de várias empresas. Caravanas de *igbos* e outros povos do leste e meio-oeste fizeram visitas ao general no exílio, confirmando que Ojukwu gozava de grande prestígio junto ao seu povo.

O Governo nigeriano concedeu o perdão a Ojukwu em 1980. Ele gozou de um estatuto de ex-estadista e viveu em Enugu, a antiga capital de Biafra, até sua morte, em 2011.



Mapa de Biafra dividido em províncias. A bandeira está à esquerda e o brasão de armas nacional à direita.

Disponível em: <https://biafran.org/biafra-maps/>, acesso em 3/11/17.

CAPÍTULO 2

A guerra vista por historiadores e jornalistas

A guerra civil da Nigéria foi, por suas características únicas, dissecada por jornalistas, historiadores e literatos, tornando-se um verdadeiro laboratório de experiências sociais, políticas e étnicas. Foi uma cartilha do comportamento humano, onde é possível medir dos mais humanitários aos mais violentos e cruéis feitos.

A análise foi feita baseada nos assuntos de maior destaque para os historiadores, por intermédio de uma revisão historiográfica das narrativas e das menções e reproduções de textos jornalísticos feitas nessas narrativas. Foram comparadas convergências e divergências entre os recortes historiográficos dos diversos autores tratados aqui e dos recortes jornalísticos no segundo tópico.

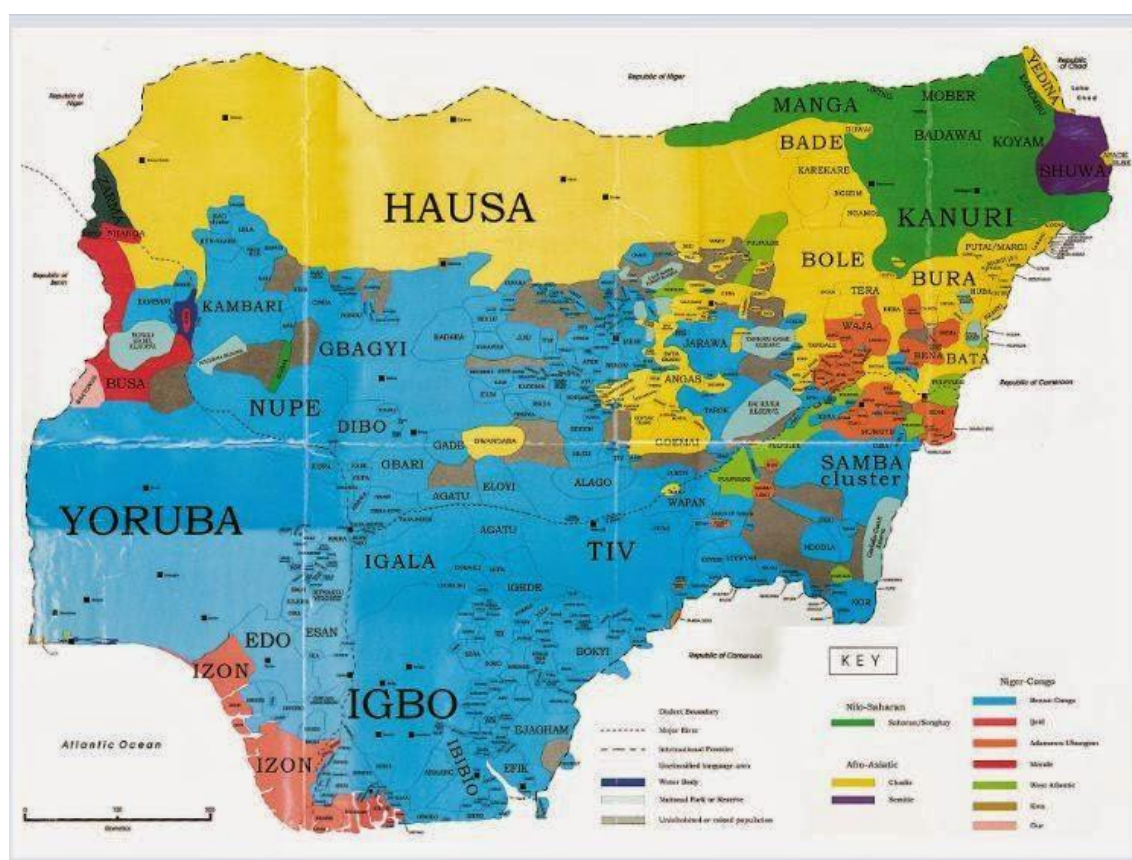
Nesse contexto, o capítulo foi dividido em quatro tópicos. Primeiramente o tema da legalidade ou ilegalidade da secessão do território chamado Biafra. Poderia ser encontrada nas leis do país ou da ONU, ou no tratado da comunidade africana, uma entrelinha na qual se basearia Biafra para legitimar sua ação? Ou havia elementos morais e de preservação da integridade física e psicológica, que legitimassem o feito?

Logo após foram abordados os temas da propaganda de guerra, rumores e o papel da imprensa junto à opinião pública. A propaganda servia tanto para enaltecer quem a usava, como também para desestruturar as linhas inimigas com escaramuças, engodos e fintas. Os rumores eram utilizados para fazer a população e os soldados inimigos crer em algum fato ou ato fictício, e assim, desestabilizá-los, causando desordem. A imprensa diversas vezes foi utilizada para influenciar a opinião pública, com notícias que fugiam à realidade, mas atendia aos interesses de fama de jornalistas e manipulação da massa.

Os autores Adepitan Bamisaiye, Arua Oko Omaka e Nwokocha K. U. Nkpa, cujos textos são tratados no segundo tópico, descrevem em suas narrativas a repercussão de artigos jornalísticos, citando jornalistas como Alfred Friendly, Lloyd Garrison, Frederick Forsyth e John Tilney, além de autores de textos polêmicos como Graham-Douglas e Ross K. Baker. Forsyth aparece como produtor de textos jornalísticos, mas também como produtor de trabalho historiográfico. As fontes jornalísticas mencionadas neste texto são os periódicos *New York Times*, *Sunday Times*, *Time*, *The Economist*, *Reader's Digest* e *Liverpool*.

Na sequência, foi abordado o tema mais dramático: a fome. Quais os fatores que causaram a fome em Biafra, suas consequências, qual o resultado nas gerações posteriores e as ações das entidades de ajuda humanitária, como a ONU e o Conselho das Igrejas, no esforço de levar alimentos e remédios às populações mais afetadas.

Finalizando, foram apresentadas notas acerca das ações militares e seus resultados, no intuito de mapear a capacidade bélica dos contendores, a improvisação praticada pelos rebeldes biafrenses em virtude da escassez de equipamentos de guerra e a negociação de material bélico com outros países, levada a cabo pelos dois lados.



Mapa da Nigéria com o posicionamento geográfico dos grupos étnicos.
Disponível em: <https://biafran.org/biafra-maps/>, acesso em 3/11/17.

O problema da legalidade da secessão

Desde a independência da Nigéria, passaram-se pouco menos de cinco anos até os processos constitucionais - que buscavam entendimento em relativa ordem por conferências e articulações políticas - começarem a fracassar e dar vazão às divisões regionais, inclusive de setores do Exército, sulcando o país em quatro territórios principais: norte, sudeste oeste e

centro, culminando com a declaração de independência da região sudeste, pelo tenente-coronel Odumegwu Ojukwu, governador local (Nixon, 1972).

O texto de 1972, *Sel-Determination: The Nigeria/Biafra Case*, de Charles R. Nixon, trata da auto-determinação de Biafra declarar sua independência, do ponto de vista legal, no contexto africano pós-colonial. A Declaração das Nações Unidas de 1960 sobre a concessão da independência aos povos coloniais estabelece, entre outras disposições, que "qualquer tentativa de redução parcial ou total do seu território, a ruptura da unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas" (Nixon, 1972). Paralelamente declara que cada povo e nação têm o direito à autodeterminação, no Pacto sobre os Direitos Humanos, em seu artigo de abertura.

A reivindicação da independência encontra amparo, segundo Nixon, nos massacres de 1966, quando nigerianos do sudeste, mormente *igbos*, foram assassinados, espancados e estuprados no norte, de maio a outubro, entremeados pelo golpe de julho de 1966, no qual foram mortos centenas de oficiais sulistas, a maioria *igbos* (Nixon, 1972).

Já para Stephen Vincent, no artigo *Should Biafra Survive?*, publicado em 1967, o golpe de estado de 29 de julho de 1966 foi considerado por líderes nortistas como o contra-golpe de janeiro, no qual nenhum dos líderes políticos e militares *igbos* foi morto, foram detidos e sua integridade física preservada. Esse fato deu a reacionários do norte a razão para chamar a ação de janeiro de 66 de "Golpe Ibo", uma acusação que se tornou fundamental para estimular os massacres de *igbos* no Norte e o próprio golpe de julho (Vincent, 1967).

O tenente-coronel Yakubu Gowon, que assumiu o posto de Comandante Supremo após a morte do Chefe de Estado general Aguiyi-Ironsi, não foi reconhecido como comandante pelo governador oriental. Ojukwu era superior hierárquico de Gowon, mas o Conselho Superior Militar realizou um encontro em Lagos, quando foram decididos os postos de comando do país: Tenente-coronel Yakubu Gowon, chefe do governo militar federal e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas; Coronel R.A. Adebayo - governador militar ocidental da Nigéria; Tenente-coronel D.A. Ejor - governador militar do oeste da Nigéria; Tenente-coronel H.U. Katsina - governador militar do norte da Nigéria; Tenente-coronel Odumegwu Ojukwu - governador Militar da Nigéria Oriental; Commodore J.E.A. Wey - chefe da Marinha; Major M.O. Johnson - Administrador Militar de Lagos; Tenente-coronel E.O. Ekpo - secretário militar; Alhaji Kam Selem - inspetor Geral da Polícia.

O mandatário deveria ser o Brigadeiro Babafemi Ogundipe, o mais graduado militar da Nigéria, que, porém, havia fugido para a Inglaterra durante o golpe. Esta ruptura na

unidade nacional foi amplamente prejudicial às negociações entre os dois comandantes militares mais fortes, somada ao apoio popular oriental para a secessão e à crença que as demais regiões tomariam a mesma atitude separatista (Vincent, 1967).

Charles Nixon (1972) escreve ainda, que biafrenses entenderam que os massacres foram planejados pelos líderes nortistas, civis e militares, uma vez que os sulistas não foram protegidos em seus direitos básicos de cidadãos nigerianos e, tampouco, aqueles que perpetraram as atrocidades de maio a outubro de 1966 foram acusados ou sequer investigações foram realizadas.

Nesse ponto, quaisquer obrigações que os povos do Leste da Nigéria tivessem com o governo central haviam sido dissolvidas, pela inépcia do Estado nigeriano em proteger a vida e a propriedade de seus cidadãos. Os futuros biafrenses passaram a crer que um novo Estado independente, que eles próprios controlassem, era a solução para o povo do sudeste, pois daria os subsídios que justificariam a obrigação dos cidadãos obedecerem ao novo Estado (Nixon, 1972).

Um problema improvável para os patriotas biafrenses configurou-se nesse contexto, tratado por Stephen Vincent em seu texto: o leste, ou sudeste nigeriano, terra dos *igbos*, possui um terço da população, de aproximadamente 14 milhões de pessoas, composta por minorias étnicas. Essas minorias, por terem menos poder de decisão, suspeitavam que estariam sendo usadas como ferramenta de sobrevivência *igbo*, especificamente os povos de Calabar, Ogoja e Rios (Vincent, 1967).

Por um lado cada grupo minoritário aspirava sua própria independência para viver livre de quaisquer pressões internas. Por outro, várias das comunidades minoritárias não apoiaram a secessão da porção leste do país, mas foram ignorados. Dessa forma, os líderes em Enugu tiveram que gastar parte de suas energias suprimindo os interesses internos rebeldes além de estar preparados para lutar contra as ameaças de Lagos. Nestas condições, o caráter de suspeita e desconfiança da sociedade *igbo* em relação às minorias, continuaria por todo o tempo de existência de Biafra, o que levou Vincent (1967) a trazer à tona o questionamento da legitimidade da autodeterminação do leste em declarar a independência.

O assunto das minorias étnicas em Biafra e seus conflitos com os *igbos*, maioria dominante na região, foi descrito em detalhes por Arua Oko Omaka, no texto *The Forgotten Victims: Ethnic Minorities in the Nigeria-Biafra War, 1967-1970*, escrito em 2014. É provável que, os quase cinquenta anos de separação entre o texto de Vincent e o de Omaka

possibilitou o desenvolvimento das pesquisas sobre o assunto, a ponto do texto de Omaka ter informações que, ora completam, ora refutam a abordagem de Vincent.

Para alinhar as ideias, há que se definir o que é minoria. Um conceito para o termo foi defendido em 1979 por Francesco Capotorti, ex-Relator Especial das Nações Unidas, que definiu ‘minorias’ como

Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em uma posição não dominante, cujos membros, pertencentes ao mesmo Estado, possuem características étnicas, religiosas ou lingüísticas que diferem daqueles do resto da população e mostram um sentido de solidariedade, orientada para a preservação de sua cultura, tradições, religião ou idioma. (Capotorti, 1979)

Omaka deu sua própria definição sobre o assunto, uma vez que percebeu na definição de Capotorti, a ausência de menção das minorias de gênero, sexual, idade, classe, etc, que só foram consideradas muitos anos depois. A definição deveria, nesse caso, ser vista em termos de contexto. Com base nessa linha de pensamento, minoria é: “qualquer grupo de pessoas que está em desvantagem quando em comparação com o resto da população. A classificação de um grupo como minoria, deve, portanto, ser vista em termos da situação existente no momento que foi aplicada.” (Omaka, 2014)

A imprensa internacional teve um papel importante na exposição das atrocidades em Biafra, ainda que nem todas as informações pudessem ser confirmadas. Os massacres de 1966 foram largamente expostos, porém as vítimas relatadas eram sempre os *igbos*. Acontece que integrantes das minorias étnicas *efik*, *ijaw*, *ogojá*, *ibibio* e outros, foram igualmente massacrados no norte. No entanto, não foi relatado o suplício desses grupos, salvo raras exceções (Omaka, 2014). O argumento geral sobre a guerra civil da Nigéria dá conta da guerra entre os *hausa-fulani* e os *igbo*. A verdade é que esteve envolvida nesse conflito a maioria das mais de trezentas etnias nigerianas.

Haviam organizações e movimentos dos grupos minoritários formados antes da guerra. O movimento Calabar-Ogoja-River (COR) na Região Oriental, que representava as minorias da costa sul, o Movimento Estadual do Oeste da Região Oeste, representando os povos minoritários do extremo oeste nigeriano e o Movimento do Estado do Cinturão Médio, que representava etnias minoritárias na porção sul da região norte. Esses movimentos eram culturais e nacionais, mas as ações eram contextuais, formados para reivindicar os direitos das minorias junto ao governo, conforme a circunstância do momento. Apesar de não

serem, em tempo nenhum, homogêneas entre si, as minorias étnicas foram capazes de formar estruturas formais que representavam suas reivindicações e anseios.

Os grupos minoritários tornaram-se também vítimas coletivas da guerra. Enquanto o governo biafrense afirmava que as minorias estavam totalmente alinhadas com a secessão, o governo nigeriano sustentava que as minorias queriam sua liberdade (Omaka, 2014). De fato, muito embora as histórias orais registrem que as minorias étnicas clamavam por um estado próprio, o que retalharia a Nigéria em dezenas, talvez centenas de territórios, era muito difícil determinar o que eles realmente queriam durante a guerra, sem um instrumento como, por exemplo, um plebiscito que poderia ter dado a eles uma oportunidade de se expressar.



A posição geográfica de Biafra condiz mais com o sul do que com o leste da Nigéria.
Disponível em: <http://nationaldailyng.com/biafra-agitation-greatest-threat-to-nigerias-unity/>, acesso em 2/11/17.

As províncias de Calabar, Ogoja e Rivers devem ser consideradas particularmente, por possuírem os campos petrolíferos de Biafra e por ser regiões habitadas tradicionalmente por minorias. Ojukwu ocupou essas províncias com tropas desde o começo da guerra, já que o petróleo representava a maior riqueza de Biafra e o motivo econômico principal que impulsionava o governo para a guerra (Omaka, 2014). Com o tempo, uma série de suspeitas surgiu acerca da lealdade dos habitantes dessas regiões a Biafra. Segundo testemunhas

sobreviventes, integrantes do grupo *ikun* foram suspeitos de colaborar com soldados nigerianos, o que ocasionou prisões, saques, estupros e outras atrocidades.

Omaka relata o testemunho do correspondente de imprensa William Norris, do *London Times*, que esteve em Biafra e escreveu que uma testemunha ocular presenciou alguns homens de origem étnica *ibibio* serem espancados até a morte na cidade de Umuahia em abril de 1968 (Omaka, 2014). Esses *ibibios* foram aparentemente suspeitos de colaborar com o avanço das tropas nigerianas. B. J. Ikpeme, membro de um grupo minoritário e médico sênior na região oriental, revelou a Norris atrocidades perpetradas por soldados biafrenses contra as minorias em algumas cidades da região petrolífera. Ikpeme argumentou que a declaração de Ojukwu sobre a República de Biafra foi emitida contra os desejos da maioria das pessoas das províncias de Calabar, Ogoja e Rivers, que durante muitos anos reivindicaram um estado separado. De acordo com Ikpeme, que também esteve detido em uma espécie de campo de concentração, a liderança *igbo* decidiu forçar os cinco milhões de não- *igbos* a aceitarem a nova república ou ser eliminados (Omaka, 2014).

Alguns intelectuais dissidentes em Biafra, a maioria de grupos minoritários que continuavam a definir-se como nigerianos, fizeram críticas pesadas ao Chefe de Estado coronel Ojukwu, pois o viam como um maquiavélico governante trabalhando para estabelecer um bolsão de poder isolado, mas sem a visão real da situação. Seu argumento foi que Biafra não seria diferente da Nigéria anterior à guerra, pois Ojukwu não teria elaborado um plano para a transformação real da sociedade. A secessão acabaria por servir apenas às lideranças políticas e setores governamentais (Vincent, 1967).

Chinua Achebe, um dos mais renomados intelectuais *igbos* da Nigéria, engajado na luta contra o governo, relatou na entrevista que concedeu a Rajat Neogy, em 1968, que a acusação de maus-tratos a minorias pelos biafrenses não passou de propaganda enganosa, pois as minorias sempre foram livres para saírem de Biafra, se quisessem. Nunca foi política de Ojukwu segurar quem quer que fosse nas fronteiras biafrenses (Achebe e Neogy, 1968)

A violência contra as minorias foi também perpetrada pelas tropas governamentais, conforme conquistavam posições habitadas por eles, como castigo por sua “lealdade a Biafra”. Cerca de 2.000 *efiks* foram mortos em Calabar, quando da conquista dessa cidade pelos nigerianos (Omaka, 2014). A situação era tão alarmante nas áreas minoritárias ricas em petróleo, muito disputadas na guerra e transformadas em zonas de combate intenso, que estudantes universitários nigerianos, da *Rivers State University* em Londres organizaram um protesto pacífico, marchando de *Trafalgar Square* até a Câmara dos Comuns e enviaram

petições à ONU, ao Papa Paulo VI, imperador Haile Selassie da Etiópia e ao primeiro-ministro britânico, o que serviu para pressionar as partes em guerra a negociar a paz (Omaka, 2014).

A falta de sucesso de Ojukwu com parte dos grupos minoritários, especialmente aqueles das regiões petrolíferas, aumentou seriamente a questão de saber se Biafra deveria ou não sobreviver, se seria legítimo estabelecer uma república naquela situação.

Propaganda de guerra, os rumores da crise e o papel da imprensa na opinião pública

Pouco tempo antes do início dos massacres de 66 e da guerra de Biafra, o *Reader's Digest* publicou uma matéria extremamente elogiosa sobre o primeiro-ministro Sir Abubakar Tafawa Balewa, apresentando-o como a esperança do futuro da Nigéria. Tinha a aprovação inglesa e norte-americana, era um representante da maioria *hausa*, governava como o ocidente esperava, cedendo às solicitações inglesas e norte-americanas, principalmente referentes às atividades comerciais do petróleo.

Não obstante, quando do golpe de janeiro de 1966, Sir Balewa foi morto juntamente com os mais poderosos líderes políticos em atividade, numa ação celebrada por grande parte dos nigerianos, em uma espécie de cumplicidade passiva de nortistas e sulistas, como uma “limpeza”, livrando o país da corrupção endêmica que assolava a Nigéria na esteira de sua independência, conforme relata Frederick Forsyth, correspondente de guerra em Biafra nos anos de guerra, em seu texto *The Biafra Story: The Making of an African Legend*, de 1969. Em contrapartida, o golpe de julho foi perpetrado por agentes da cúpula de governo, civis e militares sem a participação de grandes nichos da sociedade nigeriana.

A guerra civil da Nigéria foi velada no início por outro evento que estampou as manchetes dos maiores jornais do mundo, a Guerra dos Seis Dias. O conflito entre árabes e israelenses, envolvendo o delicado equilíbrio da produção e distribuição do petróleo pelo mundo, atraiu todas as atenções.

Quando Biafra, em agosto de 67, já em conflito com a Nigéria, decidiu tomar o controle total das instalações petrolíferas da Nigéria, todas em território biafrense, a Imprensa Internacional estampou o nome Biafra em seus jornais. O petróleo nigeriano é de boa qualidade, livre de enxofre e os campos petrolíferos relativamente próximos ao mercado europeu. Com o fechamento do Canal de Suez, mostrava-se a melhor opção de obtenção do valioso mineral (Bamisiaye, 1974).

O *New York Times* destacou Alfred Friendly como correspondente em Lagos, e Lloyd Garrison no Oriente, quando os movimentos de tropas por toda a Nigéria se fizeram sentir. Os relatórios dos dois jornalistas divergem largamente e merecem ser comparados. O trabalho de Adepitan Bamsaiye, *The Nigerian Civil War in the International Press*, de 1974, é bastante elucidativo acerca do assunto.

O trabalho de Alfred Friendly relatava as notícias tanto da rádio de Lagos quanto da rádio biafrense. Informou que a cidade de Nsukka havia sido capturada em 16 de julho de 67. Garrison publicou que a notícia era falsa e no dia 18 relatou que os *igbos* tinham recapturado a cidade. Garrison vinha ocultando as informações acerca de assassinatos em massa, ocorridos nas regiões de combate.

Os relatórios policiais contabilizavam 5.000 mortes de orientais no norte, durante os massacres de maio a outubro de 66. Numa discussão com o chefe de Polícia, Commodore Wey, o coronel Ojukwu contestou o número, dizendo saber ser de 10.000 o número de assassinados. No entanto, a imprensa internacional assumiu o número de 30.000 mortos. Garrison colocou sua própria fórmula e chegou a 200.000 mortos nos massacres. Sua figura, respeitada nos corredores da imprensa, propiciou a publicação desse número em um artigo acadêmico de 1968, escrito pelo cientista político americano Ross K. Baker.

Como os fatos frequentemente iam contra as notícias de Garrison, ele foi chamado de volta aos EUA, onde continuou a escrever artigos imprecisos sobre a guerra. Segundo Bamsaiye “Garrison era o primeiro a ver o potencial de sucesso jornalístico na situação dramática de Biafra e explorar descaradamente isso para sua própria vantagem” (Bamsaiye, 1974).

Bamsaiye faz uma crítica ácida a Frederick Forsyth, acusando o jornalista, escritor e correspondente de guerra de ter desprezo pelo homem negro, além de escrever a história da guerra com imprecisões gritantes. Ele atribui a Forsyth o seguinte comentário:

Depois do Hausa vem o Gwodo-Gwodo, mercenário do Chade, gigante, preto, a serviço federal. São muito parecidos com animais em inteligência, e disparará contra qualquer um sob ordem. (Bamsaiye, 1974)

Bamsaiye alegou também que Forsyth relatava que as operações nigerianas de guerra só passaram a fazer sentido depois que os mercenários britânicos chegaram, destratando a capacidade militar nigeriana. A exemplo de outros jornalistas em Biafra e Nigéria, também os artigos de Forsyth e seu livro *The Biafra Story*, seriam recheados com imprecisões factuais,

mas mesmo assim transformou-o em “especialista instantâneo” sobre problemas africanos. Com efeito, Forsyth não esconde que seu livro é um relato parcial, além de deixar claro sua simpatia pela causa biafrense, fatos que podem distorcer a realidade historiográfica (Bamisiaye, 1974).

Outros fatos, mais abrangentes do que os impropérios de um jornalista apenas, ocorreram nesse contexto. O periódico de grande credibilidade, *The Economist*, publicou notícias depreciativas para toda a federação da Nigéria, sob títulos pejorativos como: “Isso foi a Nigéria”; “Dissolução da Nigéria”; “Suicídio da Nigéria”. No afã de publicar a notícia, não havia a preocupação de ouvir o que os nigerianos tinham a dizer sobre si mesmos. Ademais, houve a distorção da questão religiosa e estatística (Bamisiaye, 1974).

A nação cristã *igbo* estaria sendo castigada pela nação *hausa*, muçulmana, numa espécie de jihad. As notícias da estatística de profissionais espalhados pela Nigéria davam conta de 500 médicos, 600 engenheiros, 700 advogados, 6.000 trabalhadores ferroviários, 20.000 funcionários do governo, todos no oriente, enquanto no ocidente e no norte estariam os governantes e chefes tribais locais, permanecendo subdesenvolvidos em relação aos *ibos* do leste (Bamisiaye, 1974).

A visão obtusa e simplista do complexo problema nigeriano dominou a imprensa internacional, inclusive em citações racistas, como a do *Sunday Times*, que relatou como os homens brancos não podiam entender as forças soltas em Biafra, que destruíam aldeias e espalhavam cadáveres apodrecidos (Bamisiaye, 1974).

A situação da grave crise e da guerra propiciaram o aparecimento de rumores prejudiciais que, na maioria dos casos, não configuraram fatos reais. Na guerra de Biafra os rumores estiveram presentes desde o golpe de janeiro de 1966. O próprio golpe de janeiro foi carregado de rumores de um “golpe *igbo*” (nunca comprovado), do qual o próprio general Ironsi - que foi o Chefe de Estado no período entre-golpes - seria o mentor. Esse rumor foi um dos estopins que incendiaram o povo do norte aos massacres (Nkpa, 1977).

O texto *Rumors of Mass Poisoning in Biafra*, publicado em 1977 por Nwokocha K. U. Nkpa, relata uma série de rumores no período de 1966 a 1970, tendo como pano de fundo os rumores de envenenamento em massa em Biafra. Convida o leitor a refletir que os rumores têm o mesmo efeito prático de uma notícia mal intencionada e mascarada, como as de Garrison.

A guerra de Biafra foi um período de incríveis dificuldades logísticas, além de outras inerentes a um conflito armado. Havia falta de papel para impressão de jornais no país. Eram

eles o jornal do governo, o *Biafra Sun* e dois privados, cuja periodicidade foi aumentando até tornar-se inviável sua impressão. As informações acerca da guerra passaram a ser difundidas verbalmente, reforçadas pelo fato de apenas 15% da população ser alfabetizada na década de 1960 (Nkpa, 1977). A rádio de Biafra tornou-se o único canal de comunicação rápido do governo com os biafrenses. Ademais, a rádio e os pronunciamentos governamentais não eram levados a sério pelos separatistas. Era um campo fértil para o surgimento de boatos e rumores.

Percebendo a importância do apoio da população civil, a Nigéria embarcou em uma elaborada guerra psicológica. "Manter a Nigéria é uma tarefa que deve ser feita" tornou-se um slogan popular. Folhetos que desacreditavam o coronel Ojukwu, incentivando soldados a entregarem as armas com a promessa de não perseguição eram regularmente jogados nas terras biafrenses (Atofarati, 1992).

Os pronunciamentos, via rádio, do governo de Biafra tampouco eram a expressão da verdade. No dia do anúncio da secessão de Biafra, em 30 de maio de 1967, horas depois do pronunciamento do tenente-coronel Ojukwu, foi anunciado o reconhecimento de Biafra por nada menos do que quatro países, três africanos: Gana, Etiópia, Libéria, e Israel. Houve alvoroço entre a população. Dias depois a farsa caiu, nenhum país tinha reconhecido Biafra como nação soberana até aquele momento (Nkpa, 1977). Do mesmo modo, após a captura de Enugu, a capital de Biafra, em outubro de 1967, o jornal *Biafra Sun*, que ainda era impresso, estampou o endereço original em sua capa, ainda que houvesse sido impresso a 200 km de distância da capital.

Os primeiros rumores de envenenamento em massa em Biafra, ocorreram quando o governo ofereceu autorização para sobrevôo do território nigeriano e pousos em Biafra, com a condição de que os aviões pousassem antes em Lagos, para a fiscalização do real conteúdo da carga. Essa exigência plantou nas mentes dos biafrenses a suspeita que a comida seria toda envenenada, dando origem aos rumores (Nkpa, 1977). Os vôos de ajuda humanitária continuaram a ser realizados clandestinamente pela fronteira de Biafra com Camarões ou pelo mar, bem como os vôos para abastecimento de armas, munições e equipamentos, quando aconteciam.

Na última semana acadêmica da Universidade da Nigéria, rebatizada de Universidade de Biafra em Nsukka, os funcionários da universidade, na sua maioria de etnia *efik* e *ibibio*, não compareceram a um ato da organização da defesa civil no campus da universidade. Esse fato deu margem aos alunos, gradativamente, para espalharem o rumor de que o café da

manhã, preparado pelos funcionários ausentes, estaria envenenado e a ausência seria uma fuga para preservar suas vidas (Nkpa, 1977).

Fazia sentido para os biafrenses *igbos* que funcionários em atividade, de grupos étnicos minoritários pudessem envenenar os estudantes, devido às suas reivindicações por mais voz nas decisões da secessão e outros assuntos relacionados à guerra, uma vez que algumas populações minoritárias em Biafra, não se alinhavam inteiramente com a proposta da independência, como descrito por Stephen Vincent (1967).

No mesmo dia do ocorrido, o vice-chanceler (vice-reitor) da universidade reuniu os alunos e explicou a eles que jamais poderiam pautar suas ações por rumores, que todos os alimentos haviam sido testados e não apresentaram qualquer contaminação. Mesmo assim, naquela última semana acadêmica, 26 a 30 de junho de 1967, muitos dos alunos não compareceram mais aos refeitórios (Nkpa, 1977).

Quando os canais de comunicação entre o povo e o governo, e a palavra institucional deixam de ser confiáveis, rumores podem permanecer como verdade, mesmo após negações e comprovações formais (Shibutami, 1966 *apud* Nkpa, 1977, p. 132).

Cabe ressaltar que Omaka (2014) relata como a propaganda de guerra foi percebida como poderosa ferramenta pela Nigéria e Biafra, engajando-se intensamente no seu uso, na intenção da desinformação. Um panfleto intitulado “Rebelião de Ojukwu e a Opinião Mundial”, publicado na coluna jornalística de Graham-Douglas foi comentado por John Tilney, do periódico *Liverpool*:

Isso pode ser propaganda. O que Graham-Douglas diz pode não ser inteiramente verdade. Mas todos somos atormentados pela propaganda por ambos os lados (Omaka, 2014).

Os especialistas de Biafra contrataram a *Markpress* e a Nigéria contratou os serviços da *Galatzine Chant Russell & Partners* para o trabalho de relações públicas. A história de Graham-Douglas, segundo a qual as minorias em Biafra sofreram mais dificuldades e foram molestadas do que os *igbos* poderiam alegar ter sofrido nas mãos dos nigerianos do norte (Omaka, 2014), aparentemente parte da propaganda da Nigéria, apresentada em Londres em agosto de 1968, demonstra o grau de articulação da informação, no intuito de satisfazer interesses.

Bamisiaye (1974) coloca como último ponto relevante de seu texto a conclusão de que os especialistas pesquisaram e escreveram a guerra da Nigéria tão mal como os jornalistas, e lança sua hipótese para os motivos que os teriam levado a essa falha.

Se a ineficiência dos serviços de informação agravou a ignorância das questões, se as propagandas da *Markpress* e *Galatzine Chant Russell* distorceram a realidade, são possibilidades. No entanto, a questão é colocada mais complexamente. A hipótese é que os especialistas estrangeiros em África encontravam dificuldades com a barreira da linguagem, pelas centenas de línguas faladas. A pesquisa social era muito difícil num país em guerra e com a cultura de massa muito diferente dos ocidentais. Mas no caso da África, há um fator conjugado: a arrogância de crer que um erudito ocidental não pode entender porque a África mantém-se “primitiva” (Bamisiaye, 1974).

Além disso, a África deveria seguir os passos do ocidente, com instruções passadas aos nigerianos sobre como administrar seu modo de vida. Assim os intelectuais que estudavam Biafra e Nigéria pensavam sua salvação.

A arrogância racista dos ocidentais que estudaram a relação conflituosa entre *igbos* e *hausas* fica melhor explicada pelo fato a seguir. Foi realizada uma conferência, de um dia, realizada no Centro Estratégico e de Estudos Internacionais na Universidade de Georgetown em Washington D.C. em 22 de maio de 1969. O tema era o conflito entre a Nigéria e Biafra. Algumas das maiores autoridades estrangeiras em estudos africanos estavam presentes, discutindo a crise nigeriana (Bamisiaye, 1974).

Presentes à conferência, figuras proeminentes como Ross Baker e Bernard Coleman de Secretaria de Assuntos Africanos do Departamento de Estado; Cinza Cowan, Diretor do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Columbi; Phillippe Decreane do *Le Monde*; General Greene, do *US Army War College*; Hugh Hanning e Graham Hovey, correspondentes do *New York Times*; Yves Jaques, da Embaixada da França; Stephen Jervis, Colin Legum, Vernon Mackay, George Orick, Bruce Oudes e Walter Schwartz do *The Guardian*, e muitos outros profissionais de áreas de interesse do conflito.

O insólito foi que não havia sequer um nigeriano presente à conferência (Bamisiaye, 1974). Aqueles que tinham interesse na Nigéria, por exemplo, representantes da *Standard Oil*, asseguraram sua cadeira na conferência. O relatório final do evento é bem elaborado, mas do ponto de vista dos especialistas ocidentais em África.

A fome como a maior tragédia da guerra em Biafra e os esforços da ajuda humanitária no transporte de alimentos

Kwashiorkor é uma doença causada por deficiência protéica na alimentação. Foi relatada por Stephen Vincent, depois de notada pelo escritor em março de 1968 em Abiriba, uma das aldeias rurais de Biafra. Antes da guerra, crianças estavam sofrendo da doença, mas não em escala descontrolada. Em junho de 1968, a doença já atacava adultos também. Esta doença não era nova no país *igbo* mas era incomum estar atacando crianças e adultos como uma epidemia (Nkpa, 1977). Para muitas pessoas em Biafra, essa extensão sem precedentes do surto de kwashiorkor deu origem ao rumor de que os aviões da Força Aérea da Nigéria haviam espalhado veneno por todo Biafra, causando kwashiorkor na população. Isso atesta que o fantasma dos rumores estava presente em toda parte.

A Kwashiorkor causa o canibalismo do corpo por ele próprio, para obtenção de energia protéica. Caracteriza-se por inchaço do abdômen, edemas dos pés e tornozelos, extrema fraqueza, queda de cabelos e dentes, despigmentação da pele, morte.

A desnutrição e mortalidade infantil já existiam em taxas expressivas na Nigéria antes da guerra civil. Mas sempre controlada abaixo do nível da epidemia. As importações de alimentos ricos em proteínas mantinham o quadro estável, porém, o êxodo de aproximadamente 2 milhões de pessoas para o sudeste, refugiados dos massacres do norte, ocasionou o total desequilíbrio, já tênue, da distribuição de alimentos (Nkpa, 1977).

As primeiras entidades a tomarem alguma atitude foram as igrejas de Biafra, fazendo um apelo público para obter ajuda. Foram solicitados alimentos ricos em proteínas, medicamentos e outros alimentos. Mas não seria suficiente.

O Conselho Mundial de Igrejas, juntamente com a *Caritas International* emitiram um apelo mundial no final de 1967 e tomaram a iniciativa de organizar uma ponte-aérea entre São Tomé e Biafra a partir do início de 1968. O Conselho Mundial de Igrejas em Genebra recebia pedidos de alimentos de Biafra. Alemanha Ocidental, Escandinávia, Países Baixos, Suíça e Irlanda enviaram contribuições maciças via aérea para as áreas mais atingidas pela fome (Davis, 1975).

O Conselho Internacional da Cruz Vermelha (CICV) participou das ações humanitárias em Biafra, porém com menos eficácia do que as Igrejas. Entre meados do ano de 1968 e 1969, os administradores da frota de 21 aviões que faziam os transportes para Biafra e recebiam pagamento do CICV, passaram a receber apoio suficiente para manter somente onze

aeronaves voando, fato que exigiu aumento do preço pago pelas igrejas por tonelada de gêneros alimentícios, que era de US 380.00 para US 590.00 (Davis, 1975).

O artigo de Morris Davis, *Audits of International Relief in the Nigerian Civil War: Some Political Perspectives*, publicado em 1975, descreve quatro relatórios de auditoria produzidos por agências especializadas, os quais são ricas fontes de dados para extração de informações elucidativas acerca das ações realizadas na Nigéria durante a guerra. Abrangem, consideravelmente, as fontes financeiras, objetivos e dados econômicos. Por exemplo, eles permitem o exame e avaliação da massa total ou proporções desses empreendimentos, sua capacidade de antecipar, em vez de apenas responder tardiamente a catástrofes previsíveis e a extensão do seu emaranhamento nos campos de poder domésticos e internacionais que caracterizaram o conflito nigeriano.

Não obstante, foram utilizados parcialmente, uma vez que dois relatórios não foram publicados a contento e talvez porque nenhum dos documentos foi distribuído pelos canais usuais, eles aparentemente não foram familiares para historiadores e cientistas sociais, mesmo aqueles que se especializaram em Nigéria, nem uma abordagem comparativa se revelou útil, uma vez que as descrições são bastante díspares em ênfase e propósito (Davis, 1975).

O primeiro é um relatório intitulado “Comitê Internacional da Cruz Vermelha: Operações de Socorro na Nigéria”, submetido ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em 1970, pela empresa de auditoria Peat, Marwick, Mitchell & Co. Embora o CICV tenha se comprometido com a publicação detalhada do relatório, incluindo a análise estatística de doações, bens e serviços e um balanço patrimonial e avaliativo das atividades gerais, a publicação só foi feita em termos gerais.

O segundo documento, “Alívio e Reabilitação na Nigéria: julho de 1967-julho de 1970”, é uma descrição de atividades de reabilitação desenvolvidas pela Agência dos Estados Unidos para Inter-desenvolvimento nacional (AID) e também nunca foi publicado.

Os dois documentos restantes, que foram publicados, são *The Nordchurchaid Airlift to Biafra 1968-1970: An Operation Report*, de Hugh G. Lloyd, Mona L. Mollerup e Carl A. Bratved, e “Relatório de Alívio de Desastres Estrangeiros da AID, Emergência e Alívio na Nigéria e no Enclave de Biafra: julho de 1967 até 30 de junho de 1969” (Davis, 1975).

Dentre os estudos e documentos existentes sobre o assunto da fome e ajuda humanitária na guerra civil da Nigéria, uma pesquisa chama a atenção pelo seu pioneirismo, acerca do impacto da exposição à guerra no crescimento e na consequente condição de saúde de crianças e adolescentes expostos ao estresse dos combates. Esse estudo baseou-se na

pesquisa que estabeleceu a variação da estatura da criança e do adulto como marcador de nutrição, fator indicativo de longevidade, desenvolvimento intelectual e saúde, realizada por Strauss e Thomas em 1998, Case e Paxson em 2008/2010 e Bhalotra e Rawlings em 2011.

O trabalho de pesquisa realizado pelos cientistas Richard Akresh, Sonia Bhalotra, Marinella Leone e Una Okonkwo Osili, terminado em 2012 e intitulado “*War and Stature: Growing Up During the Nigerian Civil War*”, acerca das diferenças de crescimento entre crianças e adolescentes expostos à guerra, ainda vivos à época da pesquisa, em comparação ao crescimento em condições normais, demonstra que o grupo pesquisado exibe estatura reduzida.

Realizado na estrita metodologia científica, conclui inclusive, que o impacto da exposição à guerra se faz sentir mais dramático na adolescência do que na infância. O artigo contribui para a tendência atual de uma literatura emergente acerca dos legados da guerra civil nigeriana, produzindo evidências sólidas sobre o enorme custo de capital humano causado pelo conflito, seja pela desnutrição, seja pelo fator psicológico. As consequências totais da guerra ainda estão sendo descortinadas, mais de quarenta anos após seu término (Akresh, Bhalotra, Leone, Osili, 2012).

O estudo foi realizado apenas com mulheres da região sudeste, nascidas entre 1954 e 1974, sobreviventes da guerra. As crianças de 0 a 3 anos, expostas à guerra por aproximadamente 1 ano e meio, tiveram uma redução média da estatura, numa mesma etnia, de 0,8 centímetros em relação às não expostas, sendo que todas as crianças nestas condições tiveram redução de estatura. Já as adolescentes na faixa de 13 a 16 anos à época da guerra, as quais tiveram exposição aproximada de 20 meses, tiveram a impressionante redução média de estatura de 4,5 centímetros, em relação àquelas não expostas. Finalmente, a diferença média de mortalidade de mulheres entre 1967 e 1970, em relação ao período pós-guerra, entre 1973 e 1976, nas etnias expostas ao conflito, para mortes que não aconteceram em decorrência direta da guerra, foi da ordem de 12% (Akresh, Bhalotra, Leone, Osili, 2012). As mulheres nigerianas expostas à guerra e ainda vivas hoje carregam as cicatrizes dessa exposição.

Sem dúvida, entre todos os países que participaram ativamente da ajuda humanitária, destacam-se os Estados Unidos. Estimativas realizadas em junho de 1970, chegaram à cifra de US\$ 170 milhões em doações à Nigéria e Biafra, dos quais 45% vieram dos Estados Unidos, entre governo e agências privadas americanas. Um ano antes, dos quase US\$ 155 milhões gastos em doações, US\$ 66 milhões tinham origem no governo americano e US\$ 11 milhões de agências voluntárias americanas (Davis, 1975). A soma que veio de todos os outros países

combinados tinha a divisão entre público e privado mais equilibrada, com U\$ 39,5 milhões em dinheiro público e U\$ 34,5 milhões em privado. Ademais, somente o governo dos Estados Unidos forneceu 94 milhões de francos em dinheiro (Davis, 1975).

Em geral, o dinheiro do governo dos Estados Unidos, bem como suas doações de alimentos, suprimentos médicos, veículos e similares, não foram administrados em campo por pessoas do governo. Em vez disso, esses recursos eram canalizados através do CICV ou de voluntários de agências americanas. É possível explicar essa atitude por um trabalho realizado mais de 20 anos depois.

Após a independência da Nigéria, muitos países se manifestaram para estabelecer relações com o país mais desenvolvido da África naquele momento, com vastos campos de petróleo e governo pró-ocidente. A Nigéria era membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), com grande produção de óleo cru. O presidente norte-americano John F. Kennedy enviou em 1961, um grupo de especialistas em economia para estudar as propostas para o novo país livre. A visita resultou em empréstimos que variaram de U\$ 25 Milhões até U\$ 51 milhões, de 1962 a 1966 (Nwachuku, 1998).

Dos mais de 30 milhões dos afro-americanos que viviam, à época, nos EUA, quase a metade tinham sua ascendência na Nigéria. Os americanos beneficiaram-se do trabalho desses descendentes de escravos para o desenvolvimento do país. Demonstraram sua postura simpática à Nigéria quando da declaração do senador americano David Apter, na subcomissão do Senado americano para a África afirmou que a “Nigéria é muito mais um país ocidental do que nós pensamos que é.” (Nwachuku, 1998 in *Briefing on Africa*, 1960).

Além disso, a perspectiva de que a Nigéria assumisse um papel de liderança na África tornou desejável o estabelecimento de amizade e boas relações. Levi A. Nwachuku descreve, no texto *The United States and Nigeria-1960 to 1987: Anatomy of a Pragmatic Relationship*, publicado no *Journal of Black Studies* em maio de 1998, as complexas relações de amizade entre os EUA e a Nigéria, o que corrobora e complementa alguns pontos descritos por Morris Davis em 1975, acerca da ajuda humanitária prestada a Biafra.

Os líderes nigerianos viram na amizade com os EUA ótimas possibilidades, como atesta uma citação do primeiro-ministro Sir Abubakar Tafawa Balewa em 1961, palestrando na *Nigerian House of Representatives*: “Nós admiramos o modo de vida americano e respeitamos as pessoas dos Estados Unidos por seu amor pela liberdade.” (Nwachuku, 1998 in Balewa, 1964, p. 104)

Os Estados Unidos da América nunca tiveram colônias na África, então suas preocupações eram mínimas quanto a suscetibilidades. O contrário de Inglaterra e França. Não havia portanto, necessidade de formular qualquer política amarrada, em relação à Nigéria e à guerra civil. Nesse contexto apoiaram livremente a Nigéria no início do conflito (Nwachuku, 1998).

No entanto, a realidade da guerra era estampada nas notícias. Os biafrenses estavam morrendo aos milhares de desnutrição e doenças, além da kwashiorkor. Essa miséria evocou a prontidão e disposição dos EUA - por intermédio da opinião pública a pressionar o governo - a prestar a tradicional ajuda humanitária americana em tempos de desastre (Nwachuku, 1998). O governo militar nigeriano considerava a fome como legítima arma de guerra (Atofarati, 1992), e discordava de qualquer medida estrangeira tomada para o alívio do povo biafrense.

Os EUA proclamaram a neutralidade, politicamente satisfatório para o governo nigeriano. Mas recusou-se a fornecer armas à Nigéria, enquanto apoiava os vôos das agências voluntárias humanitárias com US\$ 9 milhões, num esforço conjunto de ajuda operacional em Biafra, fato que irritou os nigerianos. É certo que observadores americanos nas áreas de conflito reportaram alguns campos de refugiados mais em evidência geográfica ou política, receberem das agências mais suprimentos do que outros menos relevantes, que foram praticamente esquecidos (Davis, 1975).

Os americanos não conseguiram equalizar o problema criado com o auxílio humanitário aos biafrenses e sua vontade de satisfazer o jogo político com Lagos. Todo o esforço de ajuda humanitária, o financiamento de milhões em dinheiro e material, talvez tivesse objetivos capitalistas, imperialistas, anti-britânicos ou o que quer que Washington tenha planejado estrategicamente, mas não seria apagada a relevância das ações realizadas pelos EUA em Biafra.

Uma fonte rica em informações relevantes acerca da política de ajuda humanitáriadurante a guerra de Biafra é o texto *The Nigerian Civil War: Causes, Strategies, And Lessons Learnt*, do major Abubakar A. Atofarati. O texto foi escrito quando o militar nigeriano era aluno do *US Marine Comman and Staff College* no biênio 1991-1992. Em suas próprias palavras

A avaliação pelo Exército Nigeriano (NAHQ), dos rebeldes em termos de homens, armas e equipamento não era de muita importância. A mobilização total e a vontade dos povos da Nigéria Oriental de lutar contra as probabilidades severas foram estimadas. A Nigéria sabia que a sobrevivência de Biafra dependia da importação de material do exterior para sustentá-la e

dos esforços de guerra, e a única rota era através do Oceano Atlântico. Como parte do planejamento estratégico, a Marinha da Nigéria (NN) bloqueou a região do mar, impedindo o envio de armas, equipamentos, alimentos e qualquer outro material de guerra e serviços para o Oriente. Ao mesmo tempo, todos os voos para a região foram cancelados e a comunidade internacional foi informada que nenhum voo para a região seria aceito sem passar por Lagos, para despacho. (Atofarati, 1992).



Crianças desnutridas em um dos campos de refugiados de Biafra

Disponível em: <https://www.premiumtimesng.com/news/headlines/235540-exclusive-real-reason-france-supported-biafra-nigerian-civil-war.html> , acesso em 29/10/17

Notas sobre as lições de guerra aprendidas na busca da capacidade bélica

O texto *Scientists and Mercenaries* de 1975, escrito por Fole Oyewole, oficial do exército nigeriano que apaixonou-se pela causa e lutou do lado biafrense, descreve em linhas gerais o esforço dos orientais para lutar uma guerra com grande escassez de armas, munições e equipamentos, utilizando os meios mais improváveis para fazer frente ao inimigo nigeriano.

No início da guerra, Biafra possuía um bombardeiro da 2ª Guerra, um Boeing B26, já obsoleto, e um B25, mas que faziam importantes sobrevôos sobre a fronteira entre Nigéria e Biafra, causando preocupação e perdas entre os nigerianos. O conde Von Rosen, com seus pequenos aviões Minicon ainda não havia chegado a Biafra. Porém, o B26, único aparelho biafrense com grande capacidade de carga, foi seriamente danificado por uma surtida aérea nigeriana em setembro de 67 (Oyewole, 1975). Os engenheiros e mecânicos foram para o

aeroporto e colocaram o avião disponível no mesmo dia, utilizando tudo o que tinham que pudesse ajudar, inclusive, onde foi possível, materiais improvisados.

Quando da conquista da importante cidade de Onitsha fracassou por via fluvial, com a perda de vários navios nigerianos, os federais planejaram a invasão via terrestre por Nsukka, o que resultou em combates sangrentos em Ugwu-Oba, Awka, Abagana e Amansee. Uma emboscada bem-sucedida dos biafrenses em Abagana permitiu-lhes capturar um grande número de munições, equipamentos e veículos, o que constituiu uma terrível derrota para a Nigéria, atrasando bastante a queda de Onitsha. Apesar das fracassadas operações anfíbias em Onitsha, os nigerianos tiveram sucesso no sul, onde os nigerianos conquistaram Calabar, por intermédio de operações aquáticas.

Biafra teve uma tropa de elite, a Brigada “S”, cujo comandante havia sido nomeado pelo próprio Ojukwu, seu diretor de inteligência militar, tenente-coronel Frank C.A. Obioha. Em algumas das muitas batalhas onde os combatentes da Brigada “S” triunfaram, não foi possível manter o terreno capturado. Em breve, os federais iriam contra-atacar e os biafrenses seriam empurrados para fora. O próprio autor dá o testemunho que um dos cientistas das munições de guerra de Biafra, chorando quando Uli caiu e o quartel-general do Exército teve que sair de Agbogwagwta para Awgu, declarou que se "apenas os meninos pudessem fazer o máximo uso de nossos produtos, não sofreríamos esses retrocessos" (Oyewole, 1975).

Mas para qualquer um que viu como alguns dos produtos dos cientistas se comportaram nos estágios iniciais da guerra, não foidifícil entender porque os soldados não tinham confiança neles (Oyewole, 1975). A unidade paramilitar que agregava os cientistas e engenheiros, conhecida como RAP, produziu até mesmo dois tipos de foguetes para ataque ao solo e ataque ao ar, os quais por vezes apresentavam defeitos no lançamento, no voo e no impacto no alvo.

Produziu também um cocktail Molotov mais elaborado, que causava receio nos soldados encarregados de lançá-los no inimigo, por terem ocorrido algumas falhas. Granadas de morteiros 60mm, importadas ou capturadas, também foram recondicionadas como fumígenos - importantes artifícios para a progressão de tropas com baixas reduzidas – mas com resultados desastrosos (Oyewole, 1975). Nada menos que quatro guarnições de morteiros foram inteiramente perdidas com explosões desses artefatos dentro dos tubos dos morteiros.

A RAP (Investigação e Produção) foi mobiliada com engenheiros e cientistas, a maioria do corpo docente da Universidade de Biafra e por alunos entusiastas. Esse grupo de pensadores e intelectuais foi acusado de ter fomentado a secessão de Biafra, pois na

universidade teria sido incubada a ideia de Biafra livre (Oyewole, 1975). Se eles deveriam ou não ser culpados por sua participação nos eventos que levaram ao nascimento de Biafra, eles certamente fizeram mais do que sua parte para sustentar a causa de Biafra.

Apesar dos reveses com o funcionamento dos armamentos, eles não desistiram. Acabaram concentrando-se na produção de minas, o que valeu a pena. O seu produto de maior sucesso foi um tipo de mina antipessoal batizada de “Ogbunigwe”, apelidada de “o balde de Ojukwu”. Era uma espécie de balde mais estreito na base e mais largo na “boca”, o qual era recheado com TNT no fundo e completado com lascas de metal, pregos, pedras e raspas de ferro, fechado na extremidade larga com madeira compensada. Algumas delas, bem posicionadas, contra árvores, por exemplo, poderiam parar o avanço de toda uma companhia, se acionadas na distância menor do que 200 metros do alvo (Forsyth, 1977).

As minas, assim como a determinação dos biafrenses influenciaram as batalhas, mas as probabilidades contra Biafra eram muito grandes. Quando a guerra durava nove meses, Biafra tinha perdido uma vasta área de terra com correspondentes perdas de vidas e bens. Como acontece em todas as guerras, foi o povo que sofreu o peso da continuidade da luta.

O governo federal no início da guerra, organizou-se para uma “ação policial”, que seria uma operação pontual, curta e eficaz, que derrubaria a vontade dos biafrenses em uma, duas semanas, a despeito do uso da Artilharia, não comum nesses casos. Os líderes biafrenses, por sua vez, não acreditavam que haveria guerra. Imaginaram algumas fintas e escaramuças na fronteira, e a constatação da determinação de Biafra por parte dos federais, o que levaria os contendores à mesa de negociações ou até que “Gowon decida deixar Biafra em paz” (Oyewole, 1975). Interessante fato é que muitas placas de carros oficiais do governo foram confeccionadas com as letras GRB (*Government Republic Biafra*), mas que foi interpretado como “*Gowon Rapu Biafra*”, a frase em idioma *igbo* para “Gowon deixe Biafra”.

A expectativa de ambos os lados foi frustrada, no entanto. A resistência de Biafra foi muito maior do que uma ação policial poderia esmagar. E os nigerianos não se sentaram à mesa, mas colocaram tropas em grande quantidade em campo, para vencer o conflito. Essa situação surpreendeu a todos, obrigados a muitas adaptações do inicialmente planejado para a nova realidade (Atofarati, 1992). Biafra tinha escassez de oficiais e esse fato, juntamente com a deficiência de treinamento e manutenção dos equipamentos bélicos, contribuiu para que a figura do mercenário aparecesse na guerra.

A dificuldade de manutenção das armas e equipamentos adquiridos durante a guerra tornou-se um grave problema. A maioria desses materiais durou apenas alguns meses em

combate. As armas foram importadas de todo o mundo e isso levou à não-padronização durante a guerra. Após a guerra, a maioria dos armamentos teve que ser eliminada devido à falta de peças sobressalentes (Atofarati, 1992).

As falhas decorrentes da falta de treinamento conjunto adequado tornaram-se muito óbvias como resultado do fratricídio que ocorreu durante a guerra. Em muitas ocasiões, o pedido de apoio de fogo feito à Força Aérea nunca veio, e quando chegou, por vezes era em posições amigas. O suprimento pelo ar, que se fez necessário em várias ocasiões, muitas vezes caiu do lado inimigo. É comum o ditado: “um exército marcha sobre seus estômagos”, por isso pode-se dizer que a Logística ganhou a guerra para a Nigéria. Se os Biafrenses tivessem metade dos recursos que a Nigéria possuía, a história poderia ser diferente (Atofarati, 1992). Os biafrenses foram mais bem organizados e gerenciaram os recursos escassos disponíveis para eles de forma mais eficaz. O exército nigeriano aprendeu uma grande lição com isso. A qualidade da iniciativa no indivíduo deve ser desenvolvida. É a mais valorizada de todas as qualidades e virtudes de liderança nas forças armadas (Atofarati, 1992). A Escola de Logística do Exército foi atualizada e bem financiada para treinar e produzir militares logísticos de alta qualidade para o Exército, após a guerra.

As atividades dos mercenários já foi mencionada no 1º capítulo deste texto. O que é importante mencionar é o aspecto psicológico e moral da chegada de mercenários em Biafra, que aconteceu após a queda da capital Enugu, fato que deixou o moral das tropas e da população em baixa.

A notícia de que homens brancos chegavam para lutar por Biafra espalhou-se instantaneamente por todas as cidades e aldeias. Foi, de fato, um grande reforço para a luta. A experiência desses homens era incomparável com a experiência de nigerianos e biafrenses, o que subiu o moral de Biafra, ao mesmo tempo que preocupava a tropa federal. Mas os soldados contratados estavam lá por um motivo um pouco menos nobre: o salário (Atofarati, 1992 e Forsyth, 1977).

Mercenários não são soldados regulares, e por isso são difíceis de controlar, no que diz respeito à hierarquia, disciplina e consecução dos planos previamente elaborados. Logo os líderes biafrenses notaram o problema. Os soldados recrutados e treinados pelos mercenários não eram liberados para retornar às suas unidades militares de origem. O “Ten cel” Rolf Steiner e o “Maj” Taffy Williams insistiam para que os soldados, após o treinamento, mantivessem a unidade da tropa treinada, pois só assim poderiam colocar em ação suas técnicas em toda a plenitude (Atofarati, 1992 e Forsyth, 1977).

O comportamento dos combatentes estrangeiros era constrangedor para o Comando Militar Biafrense. Ademais, após a morte de alguns mercenários no setor de Calabar quando de sua tomada, a maioria retirou-se de combate, para a retaguarda ou mesmo cancelando o contrato, que era normalmente de seis meses. Steiner, Williams e Johnny Erasmus, um talentoso manipulador de explosivos (Oyewole, 1975), foram os que permaneceram por mais tempo. Obviamente a presença dos mercenários em Biafra foi decisiva em operacionalidade, treinamento e ações corajosas. Mas o exército de Biafra precisava de bons exemplos de hierarquia, respeito e controle. No final, Steiner, que tinha um “exército” dentro do exército biafrense, cujos homens só obedeciam a ele, desrespeitou o Chefe do Estado-Maior e foi expulso do país (Oyewole, 1975).

É totalmente descabido uma nação comprometer-se em um conflito mais do que suas forças armadas podem suportar. Na guerra nigeriana não houve nenhuma medição de forças, nenhuma comparação estratégica. A proporção do exército nigeriano em relação a Biafra foi na ordem de 4:1 (Atofarati, 1992). Acontece que cada lado sabia qual técnica seria empregada conforme a ação a ser desencadeada, pois todos pertenciam ao mesmo exército antes da guerra. Biafra, percebendo sua desvantagem, decidiu tomar uma atitude defensiva, prolongando a guerra muito mais do que o esperado.

CAPÍTULO 3

A influência da guerra de Biafra nas mentes mais criativas: a literatura relata o conflito.

O objetivo deste capítulo é proporcionar um panorama das seguintes obras literárias que escolheram como cenário a guerra de Biafra: *Beware, Soul-Brother, and Other Poems*, de Chinua Achebe, um dos mais proeminentes escritores africanos e nigerianos; e, *Half of a Yellow Sun*, de Chimamanda Ngozi Adichie, a mais lida escritora nigeriana na atualidade. As duas obras centram seu tema na guerra de Biafra e por intermédio de uma comparação da obra e do pensamento desses dois escritores com o livro do escritor e jornalista Frederick Forsyth, “A História de Biafra” de 1969, chegamos a conclusões acerca das particularidades de cada autor, convergências e divergências dos recortes mais destacados e como a guerra e sua memória afetaram cada um deles. Informamos que chegamos à leitura desses autores – Achebe e Adichie – de forma indireta, a partir de algumas investigações de autores que trabalharam com suas obras.

A leitura de ficção, principalmente aquela referenciada em fatos reais, permite ao leitor uma visão além da análise documental histórica, pois na ficção não há o compromisso da construção de um cenário somente factual, onde deve imperar a verdade dos fatos. Há antes, um compromisso por assim dizer, com a elaboração de uma verdade própria, pois o leitor não estará preso ao fator documental, ainda que os fatos permaneçam inalterados no seu contexto global (Nunes, 2008).

Chinua Achebe (1930-2013)

O autor é um dos escritores mais populares da Nigéria. É o tipo de escritor que conjuga intencionalmente história e ficção, fato que traz um significado que vai além da aquisição de conhecimento, como acontece na leitura de uma obra histórica. Achebe escreveu diversos poemas relacionados à guerra, boa parte deles compilados no livro *Beware, Soul-Brother, and Other Poems* publicado em 1971. No poema *Non-Commitment*, cabe destacar que o autor faz uma chamada aos intelectuais que têm alcance para formar opiniões e ser uma luz no caminho do povo, a conduzi-lo a importantes mudanças. Evidencia-se também a desilusão do autor pelo fato de muitos intelectuais terem fechado os olhos ao conflito,

deixando o massacre de milhares de igbos acontecer sem uma palavra de protesto (Nunes, 2008).

Albert Chinualumogu Achebe nasceu em Ogidi em 16 de novembro de 1930. Estudou em colégios missionários, tendo recebido educação ocidental e também cultura tradicional Igbo, no sudeste da Nigéria. Em sua vida acadêmica foi romancista, poeta, crítico literário e um dos autores africanos mais conhecidos do século XX⁹. Autor de mais de 30 livros, em diversas categorias, como romance, poesia, contos, etc, era um ativista político e social de grande repercussão. Vários de seus trabalhos retratam o desprezo do Ocidente pela cultura e a civilização africanas e fazem críticas à política da Nigéria, além dos efeitos da colonização da África pelos europeus. Faleceu em Boston, EUA, onde vivia, em 22 de março de 2013.

Segundo Alyxandra Gomes Nunes, o livro é constituído de poemas cujos enfoques, invariavelmente, demonstram os sentimentos mais dramáticos vividos na guerra e o massacre de civis inocentes. Em nenhum momento é feita menção à paz. No artigo “História, etnicidade e memória da guerra de Biafra (1967-1970) na poesia de Chinua Achebe e na prosa de Chimamanda Ngozi Adichie em *Half of a Yellow Sun*”, publicado em 2008, Nunes defende que o fim da guerra não significou o fim do conflito de identidade étnica nigeriana, pois do contrário, os movimentos de separação não existiriam até hoje como o MASSOB (*Movement for the sovereign of Biafra*) (Nunes, 2008).

Alguns poemas do livro de Achebe são emblemáticos. O intitulado *1966*, ano em que ocorreram os massacres de igbos no norte, motivo do êxodo de milhares de pessoas para as terras do sudeste, faz metáfora dos eventos que deram origem à secessão e à guerra discorrendo sobre a preparação e a pavimentação de um caminho de ódio, pronto para a passagem dos que iam “completar o serviço” (Nunes, 2008).

No poema *Refugee mother and child* vislumbra-se as maiores vítimas da guerra, as crianças, com suas mães em campos fétidos e imundos, abandonadas à própria sorte, pois não fazem falta se morrerem. É evidente a miséria e o sofrimento da mãe que vê seu filho definhando pela fome, já sem se importar se a fome também vai matá-la (Nunes, 2008).

Chinua Achebe foi embaixador extraordinário de Biafra durante a guerra e a sua situação na Nigéria, após o final da guerra, ficou delicada, a ponto de sua obra ser censurada no tema da guerra. No decorrer da guerra, pouquíssimos intelectuais igbo da Federação da Nigéria sentiram-se motivados a pegar em armas em qualquer dos dois lados. Eles, algumas vezes, ofereceram apoio, mas fora do âmbito militar, sem alistarem-se como voluntários para

⁹ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Chinua_Achebe#Obras. Acesso em 3/11/17.

lutar no *front*. Exceção digna de nota foi o caso do poeta biafrense Christopher Okigbo, morto no campo de batalha, em Nsukka, no início das hostilidades (Mazrui, 2010, p. 689).

Na entrevista concedida a Rajat Neogy em 1968, Achebe relatou que era, naquele momento, um escritor “em férias”, pois os escritores deveriam ser comprometidos com as causas e não com os governos. Quando a guerra foi deflagrada, Chinua relata que se viu escrevendo sobre o que não era relevante, e não poderia escrever livremente sobre o que estava acontecendo (Achebe e Neogy, 1968). Registrou na entrevista:

A avaliação da minha posição é que o papel do escritor não é uma posição rígida. O papel do escritor depende, em certa medida, do estado de saúde de sua sociedade. Em outras palavras, se uma sociedade está doente, ele tem a responsabilidade de apontá-la. E se a sociedade é saudável - não sei de qualquer um - seu trabalho é limitado. (Achebe e Neogy, 1968)

Chimamanda Ngozi Adichie

A autora de *Half of a Yellow Sun*, publicado em 2006, nasceu em 1977, em Abba, cidade de maioria igbo e viveu a maior parte do período que esteve na Nigéria na cidade de Nsukka, onde se situa a Universidade da Nigéria¹⁰. Mudou-se para os EUA antes dos vinte anos de idade, formou-se na Universidade Drexel, na Filadélfia, e depois estudou em várias outras universidades americanas. Sempre manteve, no entanto, interesse pelas culturas africanas (Freitas, 2012).

Segundo João Filipe de Freitas, assim como Chinua Achebe, ela escreve ficção baseada na guerra da Nigéria, e ainda que tenha nascido anos após a guerra, tem uma narrativa potente e corajosa, relatando em seu livro que sua intenção é retratar “suas próprias verdades” imaginadas, apoiadas por leituras da guerra e pela história oral (Freitas, 2012). Sua narrativa baseia-se em suas sensações sobre a guerra.

Adichie inicia a narrativa com a rotina de vida de cinco amigos, no período pré-guerra. Com o passar dos anos, e a instalação da crise entre norte e sul, tornam-se simpatizantes ativos da causa biafrense. A autora relata dramas pessoais e angústias e tensões dos protagonistas, frente a situações que aconteceram de fato. A notícia dos golpes de 1966, os massacres de igbos no norte, e a declaração de independência de Biafra (Freitas, 2012).

Apresenta o período de guerra propriamente dito, como uma sucessão de manobras desumanas da Federação Nigeriana, bombardeios sobre civis, a proliferação de campos de

¹⁰ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimamanda_Ngozi_Adichie. Acesso em 4/11/17

refugiados, a fome e as doenças decorrentes da subnutrição e o drama das agências de ajuda humanitária, para cumprir suas tarefas.

Escritora vencedora de prêmios literários, celebrada e homenageada em vários países, é cuidadosa ao escrever, pois sabe do alcance de suas palavras. Para escrever *Half of a Yellow Sun*, leu mais de trinta livros sobre a guerra de Biafra e muito trabalhou em pesquisas de artigos, romances e arquivos, no intuito de obter informações mais consistentes do que as que já carregava na memória (Freitas, 2012; Nunes, 2016).

Cabe destacar a importância da história oral que Adichie recebeu de seus familiares, criando o mosaico mental que ela aperfeiçoou com suas pesquisas, empreendendo anos de trabalho escrevendo, entrevistando e avaliando, até sentir-se em condições de dar aos leitores, por intermédio do romance, sua versão dos acontecimentos durante a guerra (Nunes, 2016).

Deixa de ser imprescindível para ela o testemunho da guerra em tempo real. Alyxandra Gomes Nunes, Doutora em Estudos Étnicos e Africanos no Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) da Universidade Federal da Bahia defende que as pessoas, por vezes, tem dificuldade de visualizar as nuances dos acontecimentos justamente por estarem vivendo aquele acontecimento em tempo real, sendo necessário um distanciamento temporal para uma análise mais detalhada. (Nunes, 2016).

Chinua Achebe, em quem Adichie inspirou-se em grande parte para escrever sua obra, argumentou que ela tem o dom dos contadores de histórias, e muita coragem para escrever sobre os horrores da guerra. Ademais, o trabalho da jovem escritora intriga os críticos literários pela lucidez com que escreve sobre um acontecimento histórico do qual não foi testemunha (Nunes, 2016). Chinua foi testemunha ocular da guerra de Biafra, escreveu obras acerca do assunto com a autoridade de quem sentiu na própria pele as agruras do conflito. Chimamanda nasceu no pós-guerra, perdeu o avô paterno em combate, a quem não conheceu (Nunes, 2016). Porém, muito da obra dos dois autores tem o objetivo convergente de expor todo o horror e injustiça da guerra fratricida que ainda assombra a população nigeriana.

É possível notar que há um impulso de Adichie e Achebe, além de muitos outros autores, em falar sobre a guerra de Biafra, possivelmente no afã de aliviar a dor de uma ferida que ainda sangra. A literatura configurou-se como o campo possível para se desdobrar as memórias escondidas acerca de ações insólitas ocorridas no conflito e falar à população comum, que teve suas vidas transformadas pelos três anos de guerra e pelas consequências, por muitos anos depois. E isso Adichie e Achebe fazem magistralmente. Sanções ainda podem ser aplicadas nos dias de hoje, como punição pela discussão do assunto (Nunes, 2016).

A história oral que percorre o seio das famílias constitui fonte importantíssima e rica de informações históricas e foi o meio pelo qual Chimamanda Adichie tomou o primeiro contato com a história da guerra de Biafra. Destaca-se o argumento de J. Vansina acerca do tema, com ares de micro-história.

Convém destacar que as tradições particulares são oficiais para o grupo que as transmite. Assim uma história de família é particular em comparação à história de todo um Estado, e o que ela diz sobre o Estado está menos sujeito a controle do Estado que uma tradição pública oficial. Mas dentro da própria família, a tradição particular torna-se oficial. Em tudo o que diz respeito à família, ela deve, portanto, ser tratada como tal. Compreende-se, assim, por que é tão importante utilizar histórias familiares ou locais para esclarecer questões de história política geral. Seu testemunho está menos sujeito à distorção e pode oferecer uma verificação efetiva das asserções feitas pelas tradições oficiais. (Vansina, 2009, apud Nunes, 2016, p. 164).

Frederick Forsyth

Forsyth nasceu em 1938, na Inglaterra. Era repórter e escritor, autor de romances famosos. Foi correspondente estrangeiro em vários países e correspondente de guerra em Biafra e no oriente médio¹¹. Em 1969 publicou *The Biafra Story*, revisado em 1977 e traduzido para diversos idiomas. O livro é um relato detalhado da guerra de Biafra, que vai desde o período da colonização até o final do conflito.

Criticado por diversos autores, Forsyth não obteve credibilidade histórica para seu livro, por ser jornalista e não historiador e por deixar claro, já no prefácio, que não tinha a intenção de escrever um relato imparcial, e ser simpatizante da causa biafrense. Sofreu, inclusive, acusação de preconceito racial, por parte de Adepitan Bamsaiye (1974).

O texto de Frederick Forsyth não deve ser desprezado como fonte histórica. É um dos maiores relatos completos da guerra e dos antecedentes, o mais completo em língua portuguesa. É possível reconhecer as imprecisões e paixões do autor - que, de fato apaixonou-se pela causa de Biafra - quando se realiza a leitura de outros textos que tratam do assunto, ao mesmo tempo em que podem ser reconhecidos muitos fatos que coadunam com os melhores textos sobre Biafra. Com efeito, os textos escritos por especialistas não são, em hipótese alguma, isentos de imprecisões históricas ou seus autores neutros em relação à guerra Nigéria-Biafra.

¹¹ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Frederick_Forsyth. Acesso em 4/11/17.

Há semelhança na maneira de escrever a obra de Forsyth e Adichie. Ambos escrevem em seus livros que consideram ser livres para escrever da maneira que entendem o conflito. Adichie com suas “próprias verdades imaginadas” e Forsyth com sua defesa parcial do caso biafrense (Forsyth, 1969; Adichie, 2006).

Percebe-se a intenção de Chinua Achebe, Chimamanda Adichie e Frederick Forsyth em dar voz a uma população que foi brutalmente massacrada, espancada e injustiçada, por ter desejado e lutado pela liberdade. Achebe e Adichie têm laços de sangue com seu país enquanto Forsyth tem ligação tênue, pela convivência com biafrenses. No entanto, esteve presente nos principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos, no momento das decisões (Freitas, 2012).

Em uma análise ampla, o desespero, a violência, a fome e a morte, sofridos pelo povo de Biafra são evidenciados em qualquer das três narrativas desses autores, tão diferentes em suas origens, mas convergentes em passagens importantíssimas de seus relatos. Admitir uma separação bem marcada entre história e ficção é lugar-comum, (Freitas, 2012), porém a ficção condicionada aos fatos históricos leva o leitor ao entendimento do fato com a desenvoltura de pensar por si só.

CONCLUSÃO

Em Lagos, o general Aguyi-Ironsi simplesmente não era tido como um líder forte. Ele não teve nada a ver com o golpe de janeiro de 1966. Assumiu o poder, mas não provou ser um homem eficaz nas reformas (Vincent, 1967). Seu fracasso com Decreto nº 34, que abolia o sistema regionalista e instaurava a forma de governo unitária, deu a abertura e a coragem para o início dos massacres dos igbos no norte e o segundo golpe, possivelmente perpetrado sob ordens dos chefes do norte.

O coronel Yakubu Gowon, de minoria nortista, não era militar de destaque, sem grandes aspirações ao poder, possivelmente foi um governante manipulado pelos líderes políticos e étnicos do norte, os emires. Se assim foi, manteve-se no poder à custa de concessões a eles. Sua intransigência com relação ao esmagamento da revolta e o domínio de Biafra até o último palmo pode ser explicada, em grande parte, às pressões pelo controle do petróleo, maior riqueza do país.

O tenente-coronel Ojukwu era de uma origem diferente. Filho de pai milionário, conhecido no país, queria fazer sua vida longe da sombra do nome do pai, que lhe abriria qualquer porta, independente de seus esforços. Entrou para o exército para fazer sua carreira por seu talento. Quando no poder, no Oriente, tomou medidas para corrigir e melhorar as instalações públicas, estabelecimento de tribunais, escolas ilegais foram ameaçadas de encerramento. Houve investimento para melhoria de hospitais e estradas (Vincent, 1967). Ojukwu visitou grupos minoritários, para levantamento das faltas e injustiças cometidas. Era um líder popular.

Tanto Ojukwu quanto Gowon, generais ao final da guerra, demonstraram ter reivindicações legítimas, conforme seu ponto de vista. Biafrenses reivindicaram o direito à sobrevivência enquanto os nigerianos reivindicavam o direito à existência corporativa do país (Atofarati, 1992). A relutância de outras nações em reconhecer Biafra como Estado decorreu do fato de que muitas nações africanas enfrentavam um problema étnico parecido, dentro de suas fronteiras. Não obstante, quatro nações reconheceram Biafra como Estado independente *de jure*, todas em 1968: Tanzânia (13 de abril); Gabão (8 de maio); Costa do Marfim (14 de maio) e Zâmbia (20 de maio).

A maioria dos autores referenciados neste texto é unânime em um ponto: a secessão do sudeste da Nigéria teve como estopim os massacres de maio a outubro de 1966 e o êxodo de

orientais para as terras *igbo* e pela inépcia do governo central em punir os responsáveis pelos crimes. Um ato de proteção, para preservar-se da aniquilação. Nesse contexto, a Guerra de Biafra foi a intenção dos *igbos* construírem uma nação longe dos *hausas*.

Os britânicos erraram ao colocar em suas constituições o amálgama de um povo que não é um povo, os nigerianos são várias nações étnicas separadas, vivendo em um mesmo espaço geográfico. O fim da guerra, com a derrota dos separatistas, não resolveu ou aliviou o problema, ele está fluído e dissolvido no presente do país, o que se reflete, por exemplo, em reclamações de *igbos* que se sentem negligenciados e discriminados dentro da nação Nigéria. Mas o que chamam de nação não existe; é apenas a aglomeração de povos que foram forçados a viver em conjunto com o fim da situação colonial no interesse e em benefício da potência européia (Vincent, 1967; Bamisaye, 1974; Forsyth, 1977; Atofarati, 1992; Omaka 2014) .

Uma consideração de Achille Mbembe (2001) acerca da condição africana se faz importante:

A escravidão, a colonização e o apartheid são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. (Mbembe, 2001)

No fim da guerra o general Gowon publicou a nota oficial do governo nigeriano: *No Victor, no vanquished*. "Nem vencedores, nem vencidos". Até os dias atuais, essa frase é veementemente rejeitada pelos *igbos*, por intermédio de manifestações e postagens em sítios da internet. Os espólios de guerra não foram devolvidos aos *igbos*, nem suas propriedades e contas bancárias no norte, confiscadas quando do êxodo ao sul.

O desejo de secessão do povo *igbo* é latente, está presente nas tensões atuais na região do Delta do rio Níger, tendo como pano de fundo a disputa pelo acesso aos poços de petróleo. No período de 1994 a 1996, representantes do grupo étnico *ogoni* reivindicaram, com manifestações e abaixo-assinados, o controle na extração de petróleo pela empresa *Shell*, junto ao governo central. A extração acontecia sem fiscalização, causando a contaminação de rios e florestas, aumentando níveis de mortalidade entre a população local, entre outros graves problemas sociais e ambientais (Nunes, 2016). O escritor e ex-candidato ao prêmio Nobel, Ken Saro Wiva, *ogoni* e atuante entre as lideranças do grupo que reivindicava o controle da extração do petróleo, foi enforcado em 1995 pelo governo militar.

A Nigéria é um país de centenas de nações, que não conseguiram transformar-se em um grande Estado. O entendimento do que é a Nigéria, para os britânicos, foi equivocado. Porém, à colonização, à independência vigiada e os anos de butim de suas riquezas, e ao interesse avarento das nações estrangeiras, deve ser somado mais um aspecto, na análise da guerra e de suas consequências, presentes nos dias atuais. Após a independência, os nigerianos tentaram dominar, a partir de grupos étnicos, outros grupos de nigerianos, com menos recursos ou menor população, ou em melhor situação territorial ou comercial, pelo desejo do poder e da hegemonia de um povo sobre outro povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHEBE, Chinua. *Beware, Soul-Brother, and Other Poems*. Ibadan, Nigéria: Heinemann, 1972.
- ADE AJAYI, J. F.(editor). *História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Half of a Yellow Sun*. London; New York; Toronto; Sydney: Harper Perennial, 2007 [2006].
- AKRESH, Richard; BHALOTRA, Sonia; LEONE, Marinella; OSIL, Una Okonkwo. *War and Stature: Growing Up during the Nigerian Civil War*. In: The American Economic Review, Vol. 102, nº. 3, Papers and Proceedings of the One Hundred Twenty Fourth Annual Meeting of the American Economic Association (MAY 2012), pp. 273-277. American Economic Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23245541>
- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Etnias e espaços: para uma antropologia política*, pp. 23-51. In: Pelos Meandros da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado em África. Luanda, Angola, Ed. Mulemba. Mangualote, Portugal, Ed. Pedagogo, 2014.
- ATOFARATI, Abubakar A.(Major). *The Nigerian Civil War: Causes, Strategies and lessons Learnt*. Us Marine Command and Staff College. Academic-Year 1991/1992
- BALEWA, Abubakar Tafawa. *Nigeria Speaks*. (1964). Lagos, Nigeria: Longmans
- BAMISAIYE, Adepitan. *The Nigerian Civil War in the International Press*. In: Transition, No. 44 (1974), pp. 30-32+34-35. Indiana University Press on behalf of the Hutchins Center for African and African American Research at Harvard University. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2935103>.
- BARROS, José D'assunção. *A Construção Social da Cor*. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2009.
- BOAHEN, Albert (editor). *História Geral Da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília : UNESCO, 2010.
- Briefing on Africa: Hearing before a subcommittee on Africa of the Committee on Foreign Affairs*, House of Representatives, 86th Cong., 2d Sess. (1960)
- BRYCE, Jane. *Conflict and Contradiction in Women's Writing on the Nigerian Civil War*. In: African Languages and Cultures, Vol. 4, No. 1, The Literatures of War (1991), pp.29-42. Taylor & Francis, Ltd. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1771679>

- CAPOTORTI, Francesco. *Study on the Rights of Persons belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities*. Geneva, UN Publication E 78.XV.1, 1979.
- DAVIS, Morris. *Audits of International Relief in the Nigerian Civil War: Some Political Perspectives*. In: *International Organization*, Vol. 29, No. 2 (Spring, 1975), pp. 501-512. University of Wisconsin Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706366>
- FORSYTH, Frederick. *A História de Biafra O Nascimento de um Mito Africano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977 (Edição revisada).
- FORSYTH, Frederick. *The Biafra Story*. Great Britain. Pen & Sword Military, 1969.
- FREITAS, João Felipe Assis de. *Guerra de Biafra: As imagens de uma tragédia refletidas no espelho social*. Anais do Siliastro. Mato Grosso: EDUFU, 2012.
- IJALAYE, David A. *Was "Biafra" at Any Time a State in International Law?* In: *The American Journal of International Law*, Vol. 65, No. 3 (Jul., 1971), pp. 551-559. American Society of International Law. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2198977>
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Haitier, Paris. Publicações Europa-América, 1972, pp 189-194.
- LOVEJOY, Paul. *Identidade e Miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Garôo Baquaqua para as Américas*. *Afro-Ásia* – revista da UFBA/CEAO, Salvador, nº 27, p.9-39, jan/jun. 2002.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)*. Bahia, EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011, pp 650-651.
- MAZRUI, Ali A. e WONDJI, Christophe (editores). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- MBAYE, Momar. A guerra do Biafra: desinformação e manipulação dos média? Análise de quatro diários importantes: Le Monde, Le Figaro, La Croix e L'Humanité. In: Mbaye Diop, Babacar E Dieng, Doudou (Org.). *A Consciência Histórica Africana Africana*. Luanda, Angola: Edições Mulemba, 2014.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de Auto-Inscrição. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209
- NEOGY, Rajat; ACHEBE, Chinua. *On Biafra*. In: *Transition*, No. 75/76, The Anniversary Issue: Selections from Transition, 1961-1976 (1997), pp. 222-231. Indiana University Press on behalf of the Hutchins Center for African and African American Research at Harvard University. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2935410>

- NIXON, Charles R. *Self-Determination: The Nigeria/Biafra Case* In: World Politics, Vol. 24, No. 4 (July 1972), pp. 473-497. Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010453>
- NUNES, Alyxandra Gomes. Chimamanda Ngozi Adichie: trajetória intelectual e seu projeto literário. *Revista África*, volume 3, nº 5, Universidade do Estado da Bahia, 2016.
- NUNES, Alyxandra Gomes. *História, etnicidade e memória da guerra de Biafra (1967-1970) na poesia de Chinua Achebe e na prosa de Chimamanda Ngozi Adichie em Half of a Yellow Sun*. São Paulo, Brasil: USP, 2008.
- NWACHUKU, Levi A. *The United States and Nigeria-1960 to 1987: Anatomy of a Pragmatic Relationship*. In: Journal of Black Studies, Vol. 28, No. 5 (May, 1998), pp. 575-593. Sage Publications, Inc. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2784795>
- OMAKA, Arua Oko. *The Forgotten Victims: Ethnic Minorities in the Nigeria-Biafra War, 1967-1970*. In: Journal of Retracing Africa: Vol. 1, Issue 1 (2014), pp 25-40. Disponível em: <http://encompass.eku.edu/jora/vol1/iss1/2>
- OYEWOLE, Fola. *Scientists and Mercenaries*. In: Transition, No. 48 (1975), pp. 59-65. Indiana University Press on behalf of the Hutchins Center for African and African American Research at Harvard University. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2935065>
- SHIBUTAMI, Tamostue. *Improvised News: A Sociological Study of Rumor*. New York: Bobbs- Merrill, 1966.
- VANSINA, J. *A tradição oral e sua metodologia*. In: KI-ZERBO, Joseph (org). História Geral da África, Vol. I Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 139-166.
- VINCENT, Stephen. *Should Biafra Survive?* In: Transition, No. 32 (Aug. - Sep., 1967), pp. 53-57. Indiana University Press on behalf of the Hutchins Center for African and African American Research at Harvard University. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2934626>.